



Friedrich Engels

A SITUAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA NA INGLATERRA

segundo as observações
do autor e fontes autênticas

Tradução
B. A. Schumann

Supervisão, apresentação e notas
José Paulo Netto

BOITE MPO
EDITORIAL

Coordenação
Ivana Jinkings

Supervisão, apresentação e notas
José Paulo Netto

Editores
Ana Paula Castellani
João Alexandre Peschanski

Assistência
Vivian Miwa Matsushita
Mariana Tavares

Tradução
B. A. Schumann

Revisão
Edison Urbano
Mariana Echalar

Editoração eletrônica
aeroestúdio

Capa
Antonio Kehl
sobre desenho de Loredano

Produção gráfica
Marcel Iha

Impressão e acabamento
Assahi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

E48s

Engels, Friedrich, 1820-1895
A situação da classe trabalhadora na Inglaterra / Friedrich Engels ; tradução B. A. Schumann ;
edição José Paulo Netto. - São Paulo : Boitempo, 2008.
388p. : il. - (Mundo do trabalho ; Coleção Marx-Engels)
Tradução de: *Die Lage der Arbeitenden Klasse in England*

Anexos

ISBN 978-85-7559-104-8

1. Trabalhadores - Inglaterra. 2. Grã-Bretanha - Condições econômicas - 1760-1860. I. Título. II. Série.

08-0771.

CDD: 301
CDU: 304

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: março de 2008

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Euclides de Andrade, 27 Perdizes
05030-030 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
e-mail: editor@boitempoeditorial.com.br
site: www.boitempoeditorial.com.br

SUMÁRIO

Nota da editora.....	7
Apresentação	9
ÀS CLASSES TRABALHADORAS DA GRÃ-BRETANHA.....	37
Prefácio	41
Introdução	45
O proletariado industrial	63
As grandes cidades	67
A concorrência	117
A imigração irlandesa.....	131
Resultados	135
Os diferentes ramos da indústria: os operários fabris em sentido estrito.....	173
Os outros ramos da indústria.....	223
Os movimentos operários.....	247
O proletariado mineiro.....	275
O proletariado agrícola	293
A atitude da burguesia em face do proletariado	307
ANEXOS	
Dados suplementares sobre a situação das classes trabalhadoras na Inglaterra. Uma greve inglesa	331



O grande encontro dos cartistas em Kennington Common, 10 de abril de 1848. Foto de William Kilburn.

INTRODUÇÃO^a

A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão. Tais invenções, como se sabe, desencadearam uma revolução industrial^b que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa em seu conjunto – revolução cujo significado histórico só agora começa a ser reconhecido.

A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações.

Não se trata aqui de historiar tal revolução ou sua imensa importância para o presente e para o futuro. Reservar-se-á essa análise para um trabalho posterior, mais amplo. Por agora, devemos nos limitar ao que é necessário para compreender os fatos que serão expostos mais adiante, para compreender a situação atual do proletariado inglês.

Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência, que

^a São perceptíveis nesta Introdução os influxos da obra de P. Gaskell, *The Manufacturing Population of England* (1833); cf., *infra*, nota 14, p. 107.

^b Engels foi um dos pioneiros no emprego da expressão *revolução industrial* e há autores que chegam mesmo a atribuir-lhe sua paternidade.

se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos e com o alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário. A isso se somava um constante crescimento da demanda do mercado interno, ao lado de um diminuto aumento populacional, o que permitia ocupar todos os trabalhadores que, ademais, não concorriam ativamente entre si, dado seu isolamento no campo. Por outra parte, o tecelão às vezes podia economizar e arrendar um pequeno pedaço de terra, que cultivava nas horas livres, escolhidas segundo sua vontade, posto que ele mesmo determinava o tempo e a duração de seu trabalho. É verdade que era um pobre camponês, que lavrava a terra com pouco cuidado e sem grande proveito; mas não era um proletário: tinha – como dizem os ingleses – um pé na sua terra pátria, possuía uma habitação e situava-se num escalão social acima do moderno operário inglês.

Assim, os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda, participar com seus vizinhos de passatempos e distrações – jogos que contribuíam para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo. Em sua maioria, eram pessoas de compleição robusta, fisicamente em pouco ou nada diversas de seus vizinhos campônicos. Seus filhos cresceram respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas.

É fácil adivinhar o caráter moral e intelectual dessa classe. Afastados das cidades, nelas praticamente não entravam porque entregavam, mediante o pagamento de seu trabalho, o fio e o tecido a agentes itinerantes – de modo que, velhos moradores das proximidades das cidades, nunca haviam ido a elas, até o momento em que as máquinas os despojaram de seu ganha-pão, obrigando-os a procurar trabalho na cidade. Seu nível intelectual e moral era o da gente do campo, à qual, de resto, estavam geral e diretamente ligados através de seus pequenos arrendamentos. Também respeitavam o *esquire*^a – o mais importante proprietário de terras da região

– como seu superior natural, pediam-lhe conselhos, submetiam-lhe suas pequenas querelas e prestavam-lhe todas as honras inerentes a essa relação patriarcal. Eram gente “respeitável” e bons pais de família, viviam segundo a moral porque não tinham ocasião de ser imorais, já que nas imediações não havia bordéis e o dono da taberna onde eventualmente saciavam a sede era também um homem respeitável e, na maior parte das vezes, um grande arrendatário que fazia questão de ter boa cerveja, de manter as coisas em ordem e de deitar cedo. Tinham os filhos em casa durante todo o tempo e inculcavam-lhes a obediência e o temor a Deus; essas relações patriarcais subsistiam até o casamento dos filhos – os jovens cresciam com seus amigos de infância em idílica intimidade e simplicidade até que se casassem, e mesmo que as relações sexuais antes do matrimônio ocorressem comumente, só eram legitimadas quando reconhecidas pelas duas partes e quando as subsequentes núpcias punham as coisas em seu lugar. Em suma, os trabalhadores industriais ingleses dessa época viviam e pensavam como se vive e se pensa ainda aqui e acolá na Alemanha, isolados e retirados, sem vida intelectual e levando uma existência sem sobressaltos. Raramente sabiam ler e, menos ainda, escrever, iam regularmente à igreja, não faziam política, não conspiravam, não refletiam, apreciavam atividades físicas, escutavam com a tradicional devoção a leitura da Bíblia e, em sua singela humildade, tinham boas relações com as classes mais altas da sociedade. Por isso mesmo, estavam intelectualmente mortos, viviam exclusivamente para seus interesses privados e mesquinhos, para o tear e para a gleba e ignoravam tudo acerca do grandioso movimento que, mais além, sacudia a humanidade. Sentiam-se à vontade em sua quieta existência vegetativa e, sem a revolução industrial, jamais teriam abandonado essa existência, decerto cômoda e romântica, mas indigna de um ser humano. De fato, não eram verdadeiramente seres humanos: eram máquinas de trabalho a serviço dos poucos aristocratas que até então haviam dirigido a história; a revolução industrial apenas levou tudo isso às suas consequências extremas, completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma – mas, precisamente por isso, incitando-os a pensar e a exigir uma condição humana. Se na França foi a política, na Inglaterra foi a revolução industrial e o movimento global da sociedade burguesa que submergiram no vórtice da história as últimas classes até então mergulhadas na apatia em face dos interesses gerais da humanidade.

^a Cf., *infra*, nota a, p. 334.

A primeira invenção que transformou profundamente a situação dos trabalhadores ingleses foi a *jenny*^a, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves^b, de Stanhill, junto de Blackburn, no Lancashire do Norte^c. Essa máquina foi o antepassado rudimentar da *mule*, inventada mais tarde; funcionava manualmente, mas, ao invés de um só fuso, como na roda comum de fiar à mão, tinha dezesseis ou dezoito, acionados por um só operário. Dessa forma, tornou-se possível produzir muito mais fio: se antes um tecelão ocupava sempre três fandeiras, não contava nunca com fio suficiente e tinha de esperar para ser abastecido, agora havia mais fio do que o número dos trabalhadores ocupados podia processar. A demanda de tecido, de resto em aumento, cresceu ainda mais graças à redução de seu preço, provocada pela diminuição dos custos de produção do fio devida à nova máquina; houve necessidade de mais tecelões e seus salários aumentaram. Podendo ganhar mais trabalhando em seu tear, a pouco e pouco o tecelão abandonou suas ocupações agrícolas e dedicou-se inteiramente à tecelagem. Nessa época, uma família de quatro adultos e duas crianças, com uma jornada de dez horas, chegava a ganhar quatro libras esterlinas por semana, equivalentes a vinte e oito tâleros^d na cotação prussiana atual, e até mais, se os negócios corriam bem e se havia procura de trabalho – não era infreqüente um tecelão ganhar semanalmente duas libras esterlinas. Gradativamente, a classe dos tecelões-agricultores foi desaparecendo, sendo de todo absorvida na classe emergente dos exclusivamente tecelões, que viviam apenas de seu salário e não possuíam propriedade, nem sequer a ilusão de propriedade que o trabalho agrícola confere – tornaram-se, pois, *proletários* (*working men*). A isso se juntou a destruição da antiga relação entre fandeiros e tecelões. Até então, na medida em que era possível, o fio era fiado e tecido sob um

^a A partir de 1738 registram-se na Inglaterra contínuos progressos na mecanização da fiação, de enorme importância para o desenvolvimento do capitalismo. James Hargreaves, por volta de 1764, constrói a *spinning jenny* (nome com que homenageou sua filha, Jenny), que é um avanço na fiação, embora acionada manualmente. Depois de vários aperfeiçoamentos das idéias de Lewis Paul, testadas desde 1738, Richard Arkwright, entre 1769 e 1771, passa a utilizar a força hidráulica numa máquina de fiar, a *throstle*. Em 1779, Samuel Crompton constrói uma máquina que combina as características da *spinning jenny* e da *throstle*, a *mule jenny* (ou, abreviadamente, *mule*). Finalmente, em 1825, Richard Robert cria a fiadora automática (*selfacting mule* ou *selfactor*). O leitor verificará que as datas que Engels assinala para as invenções mecânicas nem sempre são exatas (cf., *infra*, nota 1, p. 51).

^b Hargreaves faleceu em 1778.

^c No original, Engels grafou erradamente o topônimo: Standhill, ao invés de Stanhill.

^d Antiga unidade monetária alemã.

mesmo teto; agora, já que tanto a *jenny* quanto o tear exigiam mão robusta, os homens também se puseram a fiar e famílias inteiras passaram a viver exclusivamente disso, enquanto outras, forçadas a abandonar a velha e arcaica roda de fiar e sem meios para comprar uma *jenny*, tiveram de sobreviver apenas com o que seu chefe ganhava no tear. Foi dessa maneira que se iniciou a divisão do trabalho entre fiação e tecelagem, que seria levada ao grau extremo na indústria posterior.

Simultaneamente ao *proletariado industrial* que se desenvolvia com essa primeira máquina, todavia muito imperfeita, ela mesma também originava a formação do *proletariado rural*. Havia, até então, um grande número de pequenos proprietários rurais, os chamados *yeomen*, cuja vida transcorria na mesma tranqüilidade e apatia de seus vizinhos, os tecelões-agricultores. Cultivavam seu pequeno pedaço de terra do mesmo modo descuidado e arcaico que seus pais e opunham-se a qualquer inovação com sua peculiar teimosia de seres que, escravos do hábito, nada alteram no decurso de gerações. Entre eles, existiam também muitos pequenos arrendatários, não no sentido atual da palavra, mas gente que, por força de costume antigo ou a título de renda hereditária, recebera dos pais ou avós um pequeno pedaço de terra e que nele se estabelecera tão solidamente como se se tratasse de propriedade sua. Na medida em que, então, os operários industriais abandonavam a agricultura, inúmeros terrenos tornaram-se disponíveis e neles se instalou a nova classe dos *grandes arrendatários*, que alugavam cinqüenta, cem, duzentos ou mais acres – os *tenants-at-will*, arrendatários cujo contrato podia ser anulado anualmente e que, mediante melhores métodos agrícolas e exploração em larga escala, souberam aumentar a produtividade da terra. Podiam vender seus produtos a preços mais baixos que os do pequeno *yeoman*, que não tinha outra alternativa senão vender sua terra – que já não o sustentava – e adquirir uma *jenny* ou um tear ou empregar-se como jornaleiro, proletário agrícola, de um grande arrendatário. Sua tradicional indolência e o trato negligente que oferecia ao seu pedaço de terra, traços que herdara de seus antepassados e dos quais não pudera livrar-se, não lhe deixaram outra escolha quando se viu obrigado a concorrer com pessoas que cultivavam o solo segundo princípios mais racionais e com todas as vantagens oferecidas pela grande lavoura e pelo investimento de capitais na melhoria da terra.

O movimento da indústria, porém, não se deteve. Alguns capitalistas começaram a instalar *jennys* em grandes prédios e aacioná-las por força hidráulica, o que lhes permitiu reduzir o número de operários e vender o fio a

preço menor que os fiaudeiros isolados, que movimentavam manualmente suas máquinas. A *jenny* foi sucessivamente aperfeiçoada, de tal modo que as máquinas logo se tornavam antiquadas, devendo ser transformadas ou mesmo abandonadas – e se o capitalista podia subsistir com máquinas obsoletas, graças ao emprego da força hidráulica, em longo prazo isso era impossível para o fiaudeiro isolado. O sistema fabril, que já estava assim surgindo, recebeu um novo impulso com a *spinning throstle*, inventada em 1767 por Richard Arkwright, um barbeiro de Preston, no Lancashire do Norte. Essa máquina, comumente chamada em alemão *Kettenstuhl*^a, é, ao lado da máquina a vapor, a mais importante invenção mecânica do século XVIII. Foi construída com base em princípios inteiramente novos e concebida para ser acionada por *força motriz mecânica*. Associando as características da *jenny* e da *Kettenstuhl*, Samuel Crompton, de Firwood (Lancashire), criou em 1785 a *mule* e como, no mesmo período, Arkwright inventou as máquinas de *cardar* e *fiar*, o sistema fabril tornou-se o único vigente na fiação do algodão. Gradativamente iniciou-se, com modificações insignificantes, a adaptação dessas máquinas à fiação da lã e, mais tarde, à de linho (na primeira década do nosso século), de modo que também aí se reduziu o trabalho manual. Mas isso não foi tudo: nos últimos anos do século passado, o doutor Cartwright, um pároco rural, inventou o *tear mecânico* e já em 1804 o aperfeiçoara a ponto de concorrer com sucesso com os tecelões manuais. A importância de todas essas máquinas foi duplicada com a *máquina a vapor* de James Watt, inventada em 1764 e utilizada, a partir de 1785, para acionar as máquinas de fiar.

Com essas invenções, desde então aperfeiçoadas ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a *vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual* e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários e que iremos examinar nas páginas seguintes. Se, mais acima, vimos as transformações provoca-

^a Tear de corrente.

das nas relações sociais das classes inferiores por uma só máquina, **mesmo** tão rudimentar como a *jenny*, não há por que se espantar com o que pode proporcionar um sistema plenamente coordenado de máquinas **extremamente** aperfeiçoadas, que recebe de nós a matéria-prima e nos devolve tecidos acabados.

Sigamos mais de perto, no entanto, o desenvolvimento da indústria inglesa¹, começando por seu ramo principal, a *indústria do algodão*. Nos anos 1771-1775, importava-se em média, anualmente, menos de 5 milhões de libras de algodão bruto; em 1841, 528 milhões; e, em 1844, pelo menos 600 milhões. Em 1834, a Inglaterra exportou 556 milhões de jardas de tecidos de algodão, 76,5 milhões de libras de fio de algodão e aproximadamente 1,2 milhão de libras de artigos de algodão. Nesse mesmo ano, operavam na indústria do algodão mais de 8 milhões de fusos, 110 mil teares mecânicos e 250 mil manuais, sem contar os fusos dos teares de corrente e, segundo os cálculos de McCulloch, viviam nos três reinos, direta ou indiretamente ligados a esse ramo, quase 1,5 milhão de pessoas, das quais 220 mil trabalhavam em fábricas; nestas, a força utilizada era de 33 mil cavalos-vapor e 11 mil cavalos de força hidráulica. Hoje, essas cifras estão superadas e podemos admitir tranquilmente que, em 1845, o número de máquinas – assim como o de operários – e a potência gerada por elas ultrapassam em pelo menos a metade os valores de 1834.

O centro principal dessa indústria é o Lancashire, onde, aliás, ela começou – revolucionando completamente o condado, transformando esse pântano sombrio e mal cultivado numa região animada e laboriosa: decuplicou, em oitenta anos, sua população e fez brotar do solo, como por um passe de mágica, cidades gigantescas como Liverpool e Manchester, que juntas têm 700 mil habitantes, e cidades secundárias como Bolton (60 mil habitantes), Rochdale (75 mil habitantes), Oldham (50 mil habitantes), Preston (60 mil habitantes), Ashton e Stalybridge (40 mil habitantes) e uma miríade de outros centros industriais. A história do Lancashire meridional, embora ninguém a mencione, compreende os maiores milagres dos tempos modernos, todos eles operados pela indústria do algodão. O segundo centro têxtil, situado no distrito algodoeiro da Escócia (Lanarkshire e Renfrewshire), é Glasgow, cuja população, desde a instalação dessa indústria, passou de 30 mil para 300 mil

¹ De acordo com Porter, *The Progress of the Nation* (Londres, 1836, v. I; 1838, v. II), e com outras fontes oficiais. [Nota de Engels que, na edição de 1892, acrescenta: "O sumário histórico da revolução industrial feito acima é inexato em alguns detalhes, mas em 1843-1844 não existiam fontes melhores do que as que utilizei". (N.E.)]

habitantes. Igualmente, a fabricação de artigos de algodão em Nottingham e Derby recebeu um primeiro impulso com a redução do preço do fio e um segundo com o aperfeiçoamento da máquina de tricotar, que permite a confecção simultânea de duas meias com um só tear. Também a fabricação de rendas tornou-se um ramo importante desde 1777, quando foi inventada a *lace machine*; pouco depois, Lindley inventou a *point-net machine* e, em 1809, Heathcote criou a *bobin-net machine*^a, que simplificaram muito o fabrico de rendas e paralelamente aumentaram seu consumo, graças à redução dos preços – hoje, pelo menos 200 mil pessoas vivem dessa indústria, cujos centros principais são Nottingham, Leicester e o oeste da Inglaterra (Wiltshire, Devonshire etc.).

Vários ramos dependentes da indústria do algodão experimentaram uma evolução similar, como o alvejamento, a tinturaria e a estamparia: o alvejamento, com a utilização do cloro em lugar do oxigênio, a tinturaria e a estamparia graças ao rápido desenvolvimento da química (e a estamparia, ademais, mediante uma série de brilhantes invenções mecânicas). Todos esses ramos conheceram um florescimento que – juntamente com o crescimento da indústria do algodão – assegurou-lhes uma prosperidade até então desconhecida.

A mesma operosidade verificou-se no *tratamento da lã*. Este já constituía então o setor principal da indústria inglesa, mas a produção daqueles anos é nada em comparação com o que se fabrica atualmente. Em 1782, toda a produção de lã (tosquia) dos três anos precedentes continuava em estado bruto por falta de operários, e assim permaneceria se as novas invenções mecânicas não houvessem tornado possível a sua fiação^b. A adaptação das máquinas para a fiação da lã se efetuou com êxito. Também nos distritos lanígeros verificou-se o mesmo rápido desenvolvimento que constatamos nos distritos algodoeiros. Em 1738, no West Riding de Yorkshire, produziram-se 75 mil peças de tecido de lã e em 1817, 490 mil^c – e o crescimento da indústria da lã foi tal que, em 1834, a produção de peças de lã ultrapassou em 450 mil peças o que se produziu em 1825. Em 1801, processaram-se 101 milhões de libras de lã (das quais 7 milhões importadas); em 1835, 180 milhões (das quais 42 milhões importadas).

^a Todas essas diferentes máquinas são anteriores aos inventos de Jacquart (1752-1834).

^b Marx retoma literalmente essa passagem de Engels em *O capital*. Cf. K. Marx, *O capital: crítica da economia política* (São Paulo, Abril, 1984, v. I, t. 2, p. 183).

^c Nessas cifras, que arredondou e extraiu de uma obra de J. Bishoff, de 1842, Engels cometeu um pequeno erro; os números exatos são 56.899 para 1738 e 483.720 para 1817.

O principal distrito dessa indústria é o West Riding de Yorkshire, onde – principalmente em Bradford – a lã inglesa de fibra longa é transformada em fio de tricotar, enquanto em outras cidades – Leeds, Halifax, Huddersfield etc. – a lã de fibra curta é transformada em fio retorcido para a tecelagem. Em seguida, encontramos a parte vizinha do Lancashire, a região de Rochdale, onde, além da preparação do algodão, produz-se muita flanela, e a parte ocidental da Inglaterra, que fabrica os tecidos mais finos. Também aí é notável o crescimento da população:

	habitantes em 1801	habitantes em 1831
Bradford	29 mil	77 mil
Halifax	63 mil	110 mil
Huddersfield	15 mil	34 mil
Leeds	53 mil	123 mil
O conjunto do West Riding	564 mil	980 mil

População que, de 1831 aos dias atuais, deve ter crescido ainda pelo menos 20% a 25%. Em 1835, a fiação da lã ocupava, nos três reinos, 1.313 fábricas, com 71.300 operários, os quais, de resto, não representavam senão uma pequena parte da massa que vivia direta ou indiretamente do trabalho com a lã (daí excluídos quase todos os tecelões).

Na *indústria do linho* os progressos foram mais lentos, porque a natureza particular da matéria-prima tornava muito difícil o emprego da máquina de fiar. De fato, já nos últimos anos do século passado, algumas experiências nessa direção foram feitas na Escócia; só em 1810, todavia, o francês Girard conseguiu chegar a um método prático de fiação do linho, mas suas máquinas só adquiriram a devida importância graças aos aperfeiçoamentos que receberam na Inglaterra e depois de seu emprego em larga escala em Leeds, Dundee e Belfast. A partir de então, a indústria inglesa do linho conheceu um rápido desenvolvimento. Em 1814, em Dundee, importaram-se 3 mil toneladas^d de linho, em 1835 cerca de 19 mil e 3,4 mil de cânhamo. A importação de linho irlandês pela Grã-Bretanha passou de 32 milhões de jardas em 1800 para 53 milhões em 1825 (das quais grande parte foi reexportada); a exportação inglesa e escocesa de tecido de linho passou de 24 milhões de

^d A tonelada inglesa (*ton*) equivale a 2.240 libras, quase mil quilos.

jardas em 1820 para 51 milhões em 1833. As fiações de linho, em 1835, somavam 347, com 33 mil operários, metade das quais na Escócia meridional, mais de 60 no West Riding do Yorkshire (Leeds e arredores), 25 em Belfast (Irlanda) e o resto no Dorsetshire e no Lancashire. A tecelagem se processa na Escócia meridional e em diversos pontos da Inglaterra, mas especialmente na Irlanda.

Com o mesmo sucesso, os ingleses se dedicaram à *preparação da seda*. Recebiam da Europa meridional e da Ásia o material já fiado e o trabalho essencial consistia em dobrar e tecer os fios finos (*tramage*). Até 1824, as altas taxas alfandegárias sobre a seda bruta (quatro *shillings* por libra) travaram significativamente a indústria inglesa da seda, que, por causa dos direitos protetores, só dispunha de seu mercado interno e do de suas colônias. Então, as taxas de importação foram reduzidas a um *penny* e de imediato o número de fábricas aumentou notavelmente: em um ano, o número de dobadouras passou de 780 mil para 1,18 milhão e, embora a crise comercial de 1825 tenha paralisado por um momento esse ramo industrial, em 1827 a produção saltava para um nível nunca alcançado antes, porque a habilidade e a experiência dos ingleses no domínio da mecânica asseguravam às suas máquinas de torcedura do fio a supremacia sobre os equipamentos de seus concorrentes. Em 1835, o Império Britânico possuía 263 fábricas de torcedura, com 30 mil operários, a maior parte das quais localizadas no Cheshire (Macclesfield, Congleton e arredores), em Manchester e no Somersetshire. Ademais, havia ainda muitas fábricas que tratavam os resíduos de seda dos casulos, que serve para fabricar um artigo especial – o *spunsilk* –, que os ingleses fornecem às tecelagens de Paris e de Lyon. A tecelagem dessa seda assim torcida e fiada efetua-se particularmente na Escócia (Paisley etc.) e em Londres (Spitalfields), mas também em Manchester e outros lugares.

O gigantesco desenvolvimento da indústria inglesa desde 1760, porém, não se limitou à fabricação de tecidos. Uma vez desencadeado, o impulso do setor têxtil expandiu-se para todos os ramos da atividade industrial e uma série de invenções, sem maiores conexões com os ramos já mencionados, ganhou mais importância por ser contemporânea desse movimento geral. Demonstrada na prática a enorme significação do emprego da força mecânica na indústria, buscaram-se meios para utilizá-la em todos os setores e para explorá-la em proveito de seus diversos inventores e fabricantes; além disso, a demanda de máquinas, combustíveis e material de transformação multiplicou a atividade de uma massa de operários e de indústrias. Foi com a máquina a vapor que se começou a valorizar as gran-

des jazidas de carvão da Inglaterra. A fabricação de máquinas inicia-se e, com ela, surge um novo interesse pelas *minas de ferro*, que forneciam a matéria-prima para as máquinas. O crescimento do consumo da lã estimulou a criação de carneiros na Inglaterra e o aumento da importação de lã, linho e seda levou ao desenvolvimento da frota comercial inglesa.

Foi sobretudo a *produção de ferro* que cresceu. Até então, as ricas minas de ferro inglesas eram pouco exploradas; o mineral do ferro era sempre fundido com carvão vegetal, que – em virtude da expansão da agricultura e da devastação dos bosques – tornava-se cada vez mais caro e escasso; somente no século passado começou-se a empregar para esse fim o carvão mineral (*coke*) e em 1780 descobriu-se um novo método para transformar ferro fundido com carvão mineral em ferro também utilizável para a forja (antes só empregado como ferro fundido). Com esse método, que consiste em extrair o carvão misturado com o ferro no processo da fusão e que os ingleses chamam de *puddling*, abriu-se todo um novo campo à produção inglesa de ferro. Foram construídos altos-fornos cinqüenta vezes maiores que os precedentes, simplificou-se a fusão do mineral com a ajuda de foles de ar quente e assim foi possível produzir ferro a um preço tão baixo que uma grande quantidade de objetos, antes fabricados com madeira ou pedra, passou a ser feita com ferro.

Em 1788, Thomas Paine, o célebre democrata, construiu no Yorkshire a primeira ponte de ferro^a, a que se seguiram inúmeras outras, de tal modo que atualmente quase todas as pontes, sobretudo as ferroviárias, são de ferro fundido e em Londres até existe uma ponte (a de Southwark) sobre o Tâmisa fabricada com esse material; o uso do ferro está se generalizando na produção de pilares e de suportes para máquinas etc. e, com a introdução da iluminação a gás e as ferrovias, abriram-se novos espaços para produção inglesa de ferro. Gradualmente, pregos e parafusos passaram a ser produzidos por máquinas; em 1760, Huntsman, de Sheffield, descobriu um método de fundir aço que economizou muito trabalho, permitindo a fabricação de novos produtos a preços mais baixos; assim, graças à melhor qualidade dos materiais disponíveis, ao aperfeiçoamento das máquinas existentes e à invenção de novas e a uma divisão do trabalho mais apurada, a metalurgia começou a assumir uma posição mais significativa na Inglaterra. A popula-

^a Esse é outro pequeno erro factual de Engels: a ponte projetada por Paine, com elementos fundidos em Rotherham (Yorkshire), não foi construída nessa região; efetivamente, a primeira ponte de ferro do Yorkshire data de 1779 (sobre o Severn, em Coalbrookdale).

ção de Birmingham passou de 73 mil (em 1801) para 200 mil habitantes (em 1844), a de Sheffield de 46 mil (em 1801) para 110 mil (em 1844) e o consumo de carvão, apenas nesta última cidade, chegava, em 1836, a 515 mil toneladas. Em 1805, foram exportadas 4,3 mil toneladas de produtos de ferro e 4,6 mil toneladas de ferro bruto; em 1834, essas cifras foram, respectivamente, 16,2 mil e 107 mil; a extração de ferro, que em 1740 totalizava 17 mil toneladas, em 1834 chegava a quase 700 mil. Apenas a fusão do ferro bruto consome anualmente mais de 3 milhões de toneladas de carvão e é notável a importância que as *minas de carvão* (hulha) adquiriram no curso dos últimos sessenta anos. Hoje, todas as jazidas carboníferas da Inglaterra e da Escócia estão sendo exploradas e as minas de Northumberland e Durham, somente elas, produzem mais de 5 milhões de toneladas para exportação, ocupando entre 40 mil e 50 mil operários. De acordo com o *Durham Chronicle*^a, nesses dois condados estavam sendo exploradas:

em 1753	14 minas de carvão
em 1800	40 minas de carvão
em 1836	76 minas de carvão
em 1843	130 minas de carvão.

Hoje, todas as minas vêm sendo exploradas mais intensivamente. Similar aumento de exploração registra-se nas minas de *estanho*, *cobre* e *chumbo*; ao lado da expansão da *produção de vidro*, surgiu um novo ramo industrial relativo à *cerâmica*, que adquiriu importância graças aos esforços de Josiah Wedgwood que, por volta de 1763, assentou sobre bases científicas toda a produção de vasilhames, introduziu um gosto mais refinado e criou as cerâmicas do Staffordshire do Norte, uma região de 8 milhas inglesas quadradas que, outrora uma área deserta, hoje está coalhada de fábricas e de habitações, onde vivem mais de 60 mil pessoas.

Todas as atividades estão envolvidas nesse movimento vertiginoso. Também a *agricultura* foi sacudida – e não só porque, como vimos páginas atrás, a propriedade da terra passou para as mãos de outros possuidores e cultivadores, mas por outras razões. Os grandes fazendeiros investiram capital na melhoria dos solos, destruíram os pequenos muros divisórios inúteis,

^a O semanário *Durham Chronicle*, *Sunderland Times* and *Darlington and Stockton Gazette* foi fundado em 1820 e, nos anos quarenta do século XIX, tinha uma orientação liberal. Os dados citados por Engels foram extraídos da edição de 28 de junho de 1844.

drenaram e adubaram a terra, utilizaram instrumentos melhores e introduziram a rotação sistemática das culturas (*cropping by rotation*). Também eles foram auxiliados pelo progresso das ciências: sir Humphrey Davy aplicou com êxito a química à agricultura e o desenvolvimento da mecânica trouxe-lhes um sem-número de vantagens. Ademais, em consequência do aumento da população, a demanda por produtos agrícolas cresceu tanto que, entre 1760 e 1836, foram aproveitadas 6.840.540 jéiras inglesas^a de terras até então incultas – e, apesar disso, a Inglaterra passou de exportador a importador de trigo.

Operosidade semelhante verificou-se na ampliação das *comunicações*. Na Inglaterra e no País de Gales, entre 1818 e 1829, construíram-se mil milhas inglesas de estradas, com largura obrigatória de 60 pés e praticamente todas as antigas estradas foram restauradas conforme o novo sistema de MacAdam. Na Escócia, a partir de 1803, as autoridades responsáveis pelos serviços de obras públicas fizeram construir 900 milhas de estradas e mais de mil pontes, o que permitiu, em pouco tempo, pôr a população das *terras altas* (*Highlands*) em contato com a civilização. Até então, essas populações se dedicavam em geral à caça e ao contrabando; tornaram-se agricultores e artesãos laboriosos e, embora se tenham criado escolas para conservar a língua e os costumes gálico-celtas, ambos estão em rápido processo de extinção em face do contato com a civilização inglesa. O mesmo tem ocorrido na Irlanda: entre os condados de Cork, Limerick e Kerry, estendia-se uma região praticamente deserta e sem vias de acesso, o que a tornava refúgio de malfeiteiros e a principal cidadela da nacionalidade céltico-irlandesa na Irlanda meridional; agora, está cortada por estradas, possibilitando que a civilização penetre nessa área selvagem. O conjunto do Império Britânico – particularmente a Inglaterra, que há sessenta anos tinha péssimas estradas, tão ruins quanto às da Alemanha e da França – está hoje coberto por uma excelente rede de estradas, obra da indústria privada, como quase tudo na Inglaterra, porque o Estado pouco ou nada fez nesse domínio.

Antes de 1755, praticamente não havia *canais* na Inglaterra. Naquele ano, abriu-se o canal de Sankey Brook a St. Helens, no Lancashire^b e, em 1759, James Brindley construiu o primeiro canal importante, o do duque de Bridgewater, que liga Manchester e as minas da região à foz do Mersey e, em Barton, passa, através de um aqueduto, sobre o rio Irwell. A rede de canais

^a Medida agrária que varia de 19 a 36 hectares.

^b Aberto à navegação, de fato, em 1757.

ingleses, que Brindley foi o primeiro a valorizar, data dessa época. A partir de então, foram construídos canais em todas as direções e os rios tornaram-se navegáveis. Apenas na Inglaterra, contam-se hoje 2,2 mil milhas de canais e 1,8 mil milhas de rios navegáveis; construiu-se na Escócia o canal de Caledônia, que corta o país de lado a lado, e também na Irlanda abriram-se vários outros. Esses empreendimentos também são, como as ferrovias e as estradas, quase todos obras de particulares e de companhias privadas.

As ferrovias foram iniciadas mais recentemente. A primeira importante foi a de Liverpool a Manchester, inaugurada em 1830; desde então, todas as grandes cidades estão ligadas por ferrovias: Londres a Southampton, Brighton, Dover, Colchester, Cambridge, Exeter (via Bristol) e Birmingham; Birmingham a Gloucester, Liverpool, Lancaster (via Newton e Wigan e via Manchester e Bolton) e, também, a Leeds (via Manchester e Halifax e via Leicester, Derby e Sheffield); e Leeds a Hull e Newcastle (via York). Em construção e projetadas, há ainda muitas ferrovias de menor importância que, em breve, permitirão ir de Edimburgo a Londres em um só dia.

O vapor, assim como revolucionou as comunicações em terra, deu uma nova relevância à navegação. O primeiro barco a vapor navegou o Hudson, na América do Norte, em 1807; no Império Britânico, o início foi em 1811, com um barco no Clyde – desde então, mais de 600 foram construídos na Inglaterra e, em 1836, mais de 500 estavam em atividade nos portos britânicos.

Em resumo, essa é a história da indústria inglesa nos últimos sessenta anos – uma história que não tem equivalente nos anais da humanidade. Há sessenta ou oitenta anos, a Inglaterra era um país como todos os outros, com pequenas cidades, indústrias diminutas e elementares e uma população rural dispersa, mas relativamente importante; agora, é um país ímpar, com uma capital de 2,5 milhões de habitantes^a, imensas cidades industriais, uma indústria que fornece produtos para o mundo todo e que fabrica quase tudo com a ajuda das máquinas mais complexas, com uma população densa, laboriosa e inteligente, cujas duas terças partes estão ocupadas na indústria^b e constituem classes completamente diversas das anteriores. Agora, a Inglaterra é uma nação em tudo diferente, com outros costumes e com necessidades novas. A revolução industrial teve para a Inglaterra a mesma importância que a revolução política teve para a França e

^a O censo de 1841 indicava 1.949.277 habitantes.

^b Nas edições norte-americana e inglesa de 1887 e 1892, lê-se: "ocupadas na indústria e no comércio".

a filosófica para a Alemanha^a, e a distância que separa a Inglaterra de 1760 da Inglaterra de 1844 é pelo menos tão grande quanto aquela que separa a França do Antigo Regime da França da Revolução de Julho^b. O fruto mais importante dessa revolução industrial, porém, é o proletariado inglês.

Já observamos que o proletariado nasce com a introdução das máquinas. A veloz expansão da indústria determinou a demanda de mais braços; os salários aumentaram e, em consequência, batalhões de trabalhadores das regiões agrícolas emigraram para as cidades – a população cresceu rapidamente e quase todo o acréscimo ocorreu na classe dos proletários. Mesmo na Irlanda – onde apenas no princípio do século XVIII reinou certa ordem –, a população, mais que dizimada pela barbárie inglesa nas agitações do passado, aumentou rapidamente, em particular a partir do momento em que o desenvolvimento industrial começou a atrair para a Inglaterra uma multidão de irlandeses. Surgiram assim as grandes cidades industriais e comerciais do Império Britânico, onde pelo menos três quartos da população fazem parte da classe operária e cuja pequena burguesia se constitui de comerciantes e de pouquíssimos artesãos. Adquirindo importância ao converter instrumentos em máquinas e oficinas em fábricas, a nova indústria transformou a classe média trabalhadora em proletariado e os grandes

^a A revolução filosófica a que se refere Engels é aquela que, realizada no âmbito do idealismo pela obra de Hegel e, mediada pela intervenção de Feuerbach, encontrará seu pleno desenvolvimento no materialismo histórico. Quase quatro décadas depois de escrever estas páginas, Engels sintetizou em poucas palavras a "revolução filosófica" que, para a Alemanha, significou o pensamento hegeliano: "Da mesma forma que, através da grande indústria, da livre concorrência e do mercado mundial, a burguesia liquida na prática todas as instituições estáveis, consagradas por uma venerável antiguidade, essa filosofia dialética põe fim a todas as idéias de uma verdade absoluta e definitiva e a um consequente estágio absoluto da humanidade. Diante dela, nada é definitivo, absoluto, sagrado; ela faz ressaltar o que há de transitório em tudo o que existe; e só deixa de pé o processo ininterrupto do vir-a-ser e do perecer, uma ascensão infinita do inferior ao superior, cujo mero reflexo no cérebro pensante é essa própria filosofia. É verdade que ela tem também seu aspecto conservador quando reconhece a legitimidade de determinadas formas sociais e de conhecimento, para sua época e sob suas circunstâncias; mas não vai além disso. O conservantismo dessa concepção é relativo; seu caráter revolucionário é absoluto, e é a única coisa absoluta que ela deixa de pé" ("Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã", em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas em três volumes* [Rio de Janeiro, Vitória, 1963, v. 3] p. 173).

^b Trata-se da revolução de julho de 1830, que pôs abaixo o regime dos Bourbons e inaugurou a monarquia constitucional de Luís Filipe José de Orléans, apoiada pela alta burguesia; entre o fim do Antigo Regime (a ordem centrada na monarquia absolutista-feudal anterior à Revolução de 1789) e a chamada Revolução de Julho, a França experimentou o período revolucionário, o império napoleônico e a restauração dos Bourbons.

negociantes em industriais; assim como a pequena classe média foi eliminada e a população foi reduzida à contraposição entre operários e capitalistas, o mesmo ocorreu fora do setor industrial em sentido estrito, no artesanato e no comércio: aos antigos mestres e companheiros sucederam os grandes capitalistas e operários, os quais não têm perspectivas de se elevarem acima de sua classe; o artesanato industrializou-se, a divisão do trabalho foi introduzida rigidamente e os pequenos artesãos que não podiam concorrer com os grandes estabelecimentos industriais foram lançados às fileiras da classe dos proletários. Ao mesmo tempo, com a supressão do antigo artesanato e com o aniquilamento da pequena burguesia, desapareceu para o operário qualquer possibilidade de tornar-se burguês. Até então, sempre lhe restava a chance de instalar-se em algum lugar como mestre artesão e talvez contratar companheiros; agora, com os mestres suplantados pelos industriais, com a necessidade de grandes capitais para tocar qualquer iniciativa autônoma, o proletariado tornou-se uma classe real e estável da população, enquanto antes não era muitas vezes mais que um estágio de transição para a burguesia. Agora, quem quer que nasça operário não tem outra alternativa senão a de viver como proletário ao longo de sua existência. Agora, portanto, pela primeira vez, o proletariado encontra-se em condições de empreender movimentos autônomos.

Foi assim que se constituiu essa enorme massa de operários que povoam atualmente todo o Império Britânico e cuja situação social se impõe cada dia mais à atenção do mundo civilizado.

A situação da classe trabalhadora, isto é, a situação da imensa maioria do povo inglês, coloca o problema: o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra, que a cada dia se tornaram mais conscientes de sua força e exigem cada vez mais energicamente a participação nas vantagens que proporcionam às instituições sociais? Esse problema se converteu, desde o *Reform Bill*^a, na questão nacional: todos os debates parlamentares de algum relevo podem ser reduzidos a ele e embora a classe média inglesa ainda não o queira confessar, embora procure evitá-lo e fazer passar seus próprios interesses particulares como os verdadeiros problemas

^a Trata-se da lei de 7 de junho de 1832, que reformou o sistema eleitoral inglês, suprimindo de fato o monopólio parlamentar da aristocracia e abrindo à burguesia industrial as portas do Parlamento. O proletariado e a pequena burguesia permaneceram pouco representados porque, segundo o novo sistema censitário, só tinham direito a voto aqueles que pagavam anualmente mais de 10 libras de imposto.

da nação, esses expedientes de nada lhe servem. A cada sessão parlamentar, a classe operária ganha terreno, os interesses da classe média perdem importância e, embora esta última seja a principal – senão a única – força no parlamento, a derradeira sessão de 1844 não foi mais que um longo debate sobre as condições de vida dos operários (lei sobre os pobres, lei sobre as fábricas, lei sobre as relações entre senhores e empregados)^a. Thomas Duncombe, representante da classe operária na Câmara dos Comuns, foi a grande personalidade dessa sessão, ao passo que a classe média liberal (com sua moção sobre a supressão das leis sobre os cereais) e a classe média radical (com sua proposta de recusar os impostos) desempenharam um papel miserável. Até mesmo as discussões sobre a Irlanda não passaram, no fundo, de debates sobre a situação do proletariado irlandês e sobre os meios de melhorá-la. Mas já é tempo de a classe média inglesa fazer concessões aos operários – que já não pedem, exigem e ameaçam –, porque em breve pode ser tarde demais.

Apesar disso, a classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonha-se de revelar aos olhos do mundo a chaga da Inglaterra; não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe a *ela*, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria. Daí o ar irônico que os ingleses cultos – e apenas eles, ou seja, a classe média, como são conhecidos no continente – assumem quando se começa a falar da situação dos operários; daí a completa ignorância, por parte da classe média, sobre tudo o que concerne aos operários; daí as colossais tolices que pronuncia essa classe, dentro e fora do parlamento, quando se discute a condição do proletariado; daí a indiferença soridente com que vive num terreno minado, que pode

^a Essa sessão parlamentar de 1844 será objeto, mais adiante, de outras observações de Engels. A legislação sobre os pobres – *Poor Law* (chamada também de "Lei dos Pobres") – surgiu em 1601, em 19 de dezembro, pelas mãos da rainha Elizabeth ou Isabel I (1533-1603), formulada sobre quatro princípios: a) a obrigação do socorro aos necessitados; b) a assistência pelo trabalho; c) o imposto cobrado para o socorro aos pobres; e d) a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho; em 1834, sofreu notável reformulação por meio da chamada "nova lei dos pobres" (de fato, editou-se não uma *New Poor Law* [Nova Lei dos Pobres], mas um *Poor Law Amendment Act* [Ato de alteração da Lei dos Pobres]), adequando-a a exigências burguesas, com forte repressão sobre os pobres considerados aptos para o trabalho – recorde-se que, desde 1697, já existiam na Inglaterra as temidas *workhouses* (casas de trabalho); também em 1834 criou-se a *Royal Commission on the Poor Law* (Comissão Real para a Lei dos Pobres).

desmoronar a qualquer momento e cujo desmoronamento é tão certo quanto uma lei matemática ou mecânica; daí o fato inacreditável de os ingleses não possuírem até agora uma obra exaustiva sobre a situação de seus operários – embora se saiba que há anos a estudem e andem à sua volta. Mas é igualmente daí que provém a profunda cólera de toda a classe operária, de Glasgow a Londres, contra os ricos que a exploram sistematicamente e que em seguida a abandonam à própria sorte, cólera que em breve – quase o podemos calcular – deverá explodir numa revolução diante da qual a primeira Revolução Francesa e 1794^a serão uma brincadeira de crianças.

O PROLETARIADO INDUSTRIAL

A ordem pela qual examinaremos as diversas categorias do proletariado decorre diretamente da história de sua gênese, que acabamos de sumariar. Os primeiros proletários surgiram com a indústria, foram seu produto imediato – assim, pois, os *operários industriais*, que se ocupam do trabalho com as matérias-primas, serão aqueles a quem inicialmente dirigiremos nossa atenção.

A produção ou extração de materiais para a indústria – matérias-primas e combustíveis – só se tornou de fato importante na seqüência da revolução industrial, originando, assim, um novo proletariado: os *operários das minas de carvão e de metais*. Enfim, a indústria influiu sobre a *agricultura* e sobre a *Irlanda* – por isso, deveremos consagrar o respectivo espaço a essas diversas frações do proletariado. Observaremos que, exceto talvez no caso dos irlandeses, o nível cultural dos diferentes trabalhadores está intimamente ligado às suas relações com a indústria: enquanto os operários industriais têm mais consciência de seus interesses, os mineiros a têm em grau menor e, entre os operários agrícolas, essa consciência quase não existe. Também entre os operários industriais encontraremos essa graduação: os operários fabris, primogênitos da revolução industrial, estão, como sempre estiveram, no centro do movimento operário, ao passo que os outros se vincularam a esse movimento na medida em que seus ofícios foram arrastados pelo vórtice da indústria – e, com o exemplo da Inglaterra, compreenderemos a importância histórica da indústria: o movimento operário evoluiu *pari passu* com o movimento industrial.

No entanto, como atualmente quase todo o proletariado industrial participa do movimento operário e como a situação dos vários segmentos operários (precisamente porque todos estão ligados à indústria) apresenta muitos pontos comuns, é preciso analisar primeiro esses pontos para, em seguida, estudar mais aprofundadamente cada segmento em sua particularidade.

^a Engels refere-se à ditadura jacobina.

OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS

Mesmo que deixe de lado as diversas provas aqui oferecidas, apoiadas em inúmeros exemplos específicos, o leitor haverá de conceder facilmente que os operários ingleses não podem estar felizes nas condições em que vivem; haverá de conceder que sua situação não é aquela em que um homem – ou uma classe inteira de homens – possa pensar, sentir e viver humanamente. Os operários devem, portanto, procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários. Mas a burguesia defende seus interesses com todas as forças que pode mobilizar, por meio da propriedade e por meio do poder estatal que está à sua disposição. A partir do momento em que o operário procura escapar ao atual estado de coisas, o burguês torna-se seu inimigo declarado.

Ademais, o operário comprehende, a cada instante, que o burguês o trata como uma coisa, como propriedade sua, e já essa razão basta para que ele assuma uma posição hostil à burguesia. Demonstrei – com a ajuda de centenas de exemplos (e outras centenas poderiam ser citadas) – que, nas circunstâncias atuais, o operário só pode salvar sua condição humana pelo ódio e pela rebelião contra a burguesia. E o modo por que protesta com a paixão mais violenta contra a tirania dos possuidores tem raízes na sua educação – ou melhor, na sua falta de educação – e na influência do ardente sangue irlandês, largamente infundido nas veias da classe operária inglesa. O operário inglês já não é mais um inglês, calculista e aferrado ao dinheiro como seus compatriotas proprietários; seus sentimentos se expressam mais plenamente – nele, a originária frieza nórdica foi compensada pela liberdade com que suas paixões se desenvolveram e o dominam. A educação intelectual, que tão fortemente estimula no burguês da Inglaterra o egolismo, fazendo deste o eixo de sua vida e concentrando toda a sua energia afetiva

na cobiça, essa educação falta ao operário e, por isso, suas paixões são vigorosas e arrebatadoras como as de outros povos. A nacionalidade inglesa está anulada entre os operários.

Se, como vimos, o operário só pode afirmar sua própria qualidade humana pela oposição contra todas as suas condições de vida, comprehende-se que precisamente nessa oposição os operários se mostrem mais dignos, mais nobres e mais humanos. Veremos que, para isso, eles dirigirão todas as suas energias e esforços, inclusive aqueles voltados para a aquisição de um mínimo de cultura. É verdade que teremos de nos referir a casos de violência individual e mesmo de brutalidade, mas não podemos esquecer que, na Inglaterra, existe uma guerra social aberta e que, se a burguesia tem todo o interesse em conduzi-la hipocritamente, sob o manto da paz e até da filantropia, aos operários só pode favorecer a revelação das relações reais, só pode favorecer a destruição dessa hipocrisia. É necessário sublinhar, portanto, que mesmo os atos mais violentos de hostilidade dos operários contra a burguesia e seus servidores não são mais que a expressão aberta e sem disfarces daquilo que, às ocultas e perfidamente, a burguesia inflige aos operários.

A revolta dos operários contra a burguesia seguiu de perto o desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases. Não é este o lugar para indicar a importância histórica dessa luta para a evolução do povo inglês – reservo a abordagem dessa questão para um trabalho futuro; por agora, limitar-me-ei aos fatos puros e simples, na medida em que podem servir para caracterizar a situação do proletariado inglês.

A primeira forma, a mais brutal e estéril, que essa revolta assumiu foi o crime. O operário, vivendo na miséria e na indigência, via que os outros desfrutavam de existência melhor. Não podia compreender racionalmente porque precisamente ele, fazendo pela sociedade o que não faziam os ricos ociosos, tinha de suportar condições tão horríveis. E logo a miséria prevaleceu sobre o respeito inato pela propriedade: começou a roubar. Já vimos que o aumento da delinquência acompanhou a expansão da indústria e que, a cada ano, há uma relação direta entre o número de prisões e o de fardos de algodão consumidos.

Rapidamente, porém, os operários verificaram que o roubo não serve para nada. Os delinqüentes, com suas ações, protestavam contra a ordem existente de forma isolada, individual; e todo o poder da sociedade se abatia sobre o indivíduo, esmagava-o com sua enorme potência. Ademais, o furto era a forma de protesto mais rudimentar e inconsciente; nunca foi a expres-

são geral da opinião pública dos operários, mesmo que estes o aprovasssem tacitamente. A classe dos operários deu início à sua oposição à burguesia quando se rebelou violentamente contra a introdução das máquinas, nos primeiros passos do movimento industrial. Assim, os primeiros inventores – Arkwright e outros – foram perseguidos e suas máquinas destruídas; mais tarde, eclodiu uma série de revoltas contra as máquinas, numa sequência similar às agitações dos estampadores da Boêmia em junho de 1844^a: fábricas foram demolidas e máquinas foram feitas em pedaços.

Mas essa forma de oposição era também isolada, limitada a determinadas localidades e dirigia-se contra um único aspecto da situação atual. Logo que os operários atingiam seu objetivo imediato, o poder da sociedade abatia-se violentamente sobre os responsáveis, agora inermes, e castigava-os à vontade, enquanto as máquinas continuavam a ser introduzidas. Tornava-se necessário encontrar uma forma nova de oposição.

Para tanto, foi relevante uma lei aprovada pelo velho Parlamento, anterior à reforma e controlado pela oligarquia *tory* – depois do *Reform Bill*^b, que sancionou legalmente a oposição entre proletariado e burguesia, com esta elevada à categoria de classe dominante, uma tal lei jamais passaria na Câmara Alta. A lei em questão, aprovada em 1824, anulava todas as disposições precedentes que, até então, proibiam aos operários associar-se para a defesa de seus interesses. Os operários conquistaram assim um direito que, até esta data, era um privilégio reservado à aristocracia e à burguesia: a *liberdade de associação*. Anteriormente, existiram sociedades secretas entre os operários, mas sem a obtenção de resultados significativos. Na Escócia, por exemplo, em 1812 (quem o relata é Symons, *Arts and Artisans*, p. 137 e ss.), uma associação secreta organizou uma greve geral dos tecelões de Glasgow; a greve repetiu-se em 1822 e, nessa oportunidade, dois operários – que não quiseram aderir à sociedade e, por isso, foram considerados traidores por seus membros – foram agredidos, jogaram-lhes vitríolo no rosto e ficaram cegos. Pouco antes, em 1818, a associação dos mineiros escoceses tivera força suficiente para organizar uma greve geral. Essas associações, que exigiam de seus membros juramentos de fidelidade e de segredo, dispunham de registros atualizados, caixas e controles financeiros e tinham ramificações regionais; no entanto, a clandestinidade em que se moviam impedia seu desenvolvimento.

^a Trata-se das revoltas da Silésia e da Boêmia, já mencionadas por Engels no Prefácio (*cf., supra*, nota a, p. 42).

^b Sobre a reforma operada pelo *Reform Bill* de 1832, *cf., supra*, nota a, p. 60.

Quando, em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes (*trade unions*), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Eram suas finalidades fixar o salário, negociar *en masse*^a, como *força*, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem. Ademais, outras finalidades eram: manter o nível de procura do trabalho, limitando o emprego de aprendizes e, assim, impedir também a redução dos salários; combater, no limite do possível, os estratagemas patronais utilizados para reduzir salários mediante a utilização de novas máquinas e instrumentos de trabalho etc.; e, enfim, ajudar financeiramente os operários desempregados. Essa ajuda se efetua diretamente, com os fundos de caixa da associação, ou mediante um cartão de identificação, em que constam os dados do titular, que vai de localidade em localidade procurando trabalho e, em cada uma delas, apresentando-se aos seus companheiros, recebe deles indicações e apoio para conseguir emprego – os trabalhadores chamam a esse movimento migratório *the tramp* e, por isso, quem o faz é um *trumper*. Para colimá seus fins, a associação elege um presidente e um secretário, que recebem um estipêndio – porque é óbvio que não se pode esperar que os patrões dêem emprego a esse tipo de operários –, e um comitê, que é responsável pelo recolhimento semanal das cotas e pelo bom uso do fundo com elas constituído. Quando foi possível e vantajoso, os operários de um mesmo ramo de trabalho de diferentes distritos uniram-se numa associação federada, organizando assembleias de delegados em datas fixas. Em alguns casos, tentou-se unir *numa só organização* de toda a Inglaterra os operários de um mesmo ramo e também houve tentativas – a primeira, em 1830 – de criar uma única associação geral de operários de todo o reino, com organizações específicas para cada categoria; mas esses experimentos foram raros e de curta duração, porque uma organização desse tipo só pode ter vida e eficácia à base de uma agitação geral de excepcional intensidade.

Vejamos agora os meios que essas associações costumam utilizar para a consecução de seus objetivos. Se um patrão, ou mais de um, recusa-se a

pagar o salário fixado pela associação, esta o procura com uma delegação ou envia-lhe uma petição (como se vê, os operários sabem reconhecer o poder do industrial em seu pequeno Estado, a fábrica, da qual é senhor absoluto); se disso nada resulta, a associação ordena a suspensão do trabalho e os operários vão embora. Essa suspensão do trabalho (*turn-out* ou *strike*) é parcial, quando um ou alguns patrões se recusam a pagar o salário proposto pela associação, ou geral, quando a recusa provém de todos os patrões de um determinado ramo. Esses são os meios legais de que se pode valer a associação, desde que a suspensão do trabalho seja precedida de um aviso prévio – o que nem sempre acontece. Tais meios, no entanto, são extremamente limitados, porque há operários que não participam da associação e outros que, seduzidos pelas efêmeras vantagens que os burgueses lhes oferecem, dela se afastam. Sobretudo no caso de greves parciais, os industriais não têm dificuldades em recrutar dentre essas ovelhas negras um certo número de indivíduos (chamados *knobsticks*) e levar ao fracasso os esforços dos operários associados. Habitualmente, os *knobsticks* são ameaçados pelos membros da associação, insultados, maltratados e agredidos, em suma, são atemorizados de várias formas; e basta que um deles faça uma denúncia em tribunal contra um membro da associação, caracterizando o cometimento de um ato ilegal, para que a associação seja penalizada – é que a burguesia, tão amante da legalidade, ainda conserva o poder nas mãos – e tenha sua força vulnerabilizada.

A história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas. É natural que todos esses esforços não possam mudar a lei econômica segundo a qual o salário, no mercado de trabalho, é regulado^a pela relação entre a demanda e a oferta. As associações são impotentes diante de todas as grandes causas que operam sobre essa relação: durante uma crise comercial, a própria associação deve reduzir o salário que exige ou desagregar-se; e, no caso de um crescimento importante da demanda de trabalho, não pode fixar um salário mais alto que aquele determinado pela concorrência entre os capitalistas. No entanto, no que tange a causas de menor magnitude, sua ação é eficaz. Se o industrial não esperasse uma oposição concentrada e maciça dos operários, para aumentar seus lucros ele reduziria, gradativamente e sempre, mais os salários; a luta concorrencial que trava com os outros industriais o constrangeria a isso e os salários rapidamente desceriam ao

^a Em francês, no original: "coletivamente".

^a Na edição de 1892, "regulado" é substituído por "determinado" (*bestimmt*).

seu limite mínimo. Mas essa concorrência *entre os industriais* é, em condições médias, entravada pela oposição dos operários. Todo industrial já sabe muito bem que a consequência de uma redução dos salários, não justificada por circunstâncias com que se defrontem também seus concorrentes, é uma greve que lhe traz prejuízos – durante a duração da greve, seu capital fica inativo e suas máquinas se deterioram. E nesse caso, ademais, ele não tem a segurança de que poderá impor a redução salarial e sabe também que, se a impuser, seus concorrentes farão o mesmo, com o que reduzirão os preços de seus produtos e anularão as vantagens que obteve. Além disso, após uma crise, as associações freqüentemente impõem um aumento de salário que, sem a sua intervenção, tardaria mais a efetivar-se: se o industrial resiste a aumentar os salários até o ponto em que não pode mais fazê-lo pela concorrência dos outros industriais, agora são os próprios operários que o pressionam quando o mercado de trabalho lhes é mais favorável – e, nessas condições, podem obrigar-ló a um aumento mediante uma greve.

Entretanto, como dissemos, as associações são impotentes diante das causas mais importantes que condicionam o mercado de trabalho. E quando estas esfaimam os operários, a greve se perde: pouco a pouco os operários aceitam trabalho sob quaisquer condições e, mesmo que o número deles seja pequeno, isso basta para anular a força da associação – os *knobsticks* e os estoques de mercadorias que ainda existem no mercado permitem à burguesia obviar as consequências negativas da greve sobre seus negócios. Os fundos da associação logo se esgotam, dado o grande número de operários que recorrem a ele; os merceeiros não tardam a negar o crédito, que inicialmente concediam a altos juros – e a necessidade obriga os operários a retornar ao jugo da burguesia. Os industriais, forçados pela oposição dos operários, são levados a evitar reduções salariais desnecessárias, mas os operários, por seu turno, consideram toda e qualquer diminuição dos salários, mesmo que determinada pelas condições econômicas, uma piora de sua situação que deve ser evitada de qualquer modo – por isso, a maior parte das greves termina mal para os operários.

É, pois, de se perguntar: por que os operários entram em greve, dada a evidente ineficácia de sua ação? Simplesmente porque devem protestar contra a redução do salário e mesmo contra a necessidade de uma tal redução; devem expressar claramente que, como homens, não podem adaptar-se às circunstâncias, mas, ao contrário, as circunstâncias devem adaptar-se a eles, os homens – porque sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito de a burguesia explorá-los durante os

períodos de prosperidade e deixá-los morrer de fome nos períodos desfavoráveis. Os operários protestam porque ainda não perderam os sentimentos humanos – e protestam *desse modo* porque são ingleses, pessoas práticas, que expressam *na ação* o seu protesto; não são teóricos alemães, que, devidamente protocolado e posto *ad acta*^a seu protesto, vão para casa dormir o sono tranquilo dos contestatários. Ao contrário, o protesto concreto dos ingleses tem sua eficácia: mantém em certos limites a avidez da burguesia e estimula a oposição dos operários contra a onipotência social e política da classe proprietária, ao mesmo tempo em que leva os trabalhadores a compreender que, para destruir o poder da burguesia, é preciso algo mais que associações operárias e greves.

Entretanto, essas associações e as greves que elas organizam adquirem uma importância específica na escala em que representam a primeira tentativa operária para *suprimir a concorrência* – o que pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apóia unicamente na concorrência entre os operários, isto é, na divisão do proletariado, na recíproca contraposição dos interesses dos operários tomados como indivíduos. As associações, ainda que de modo unilateral e limitado, confrontam-se diretamente com a concorrência, o nervo vital da ordem social vigente, e por isso constituem uma grave ameaça a essa ordem. Esse é o ponto mais nevrálgico que o operário poderia encontrar para dirigir seus ataques à burguesia e à inteira estrutura da sociedade. Uma vez suprimida a concorrência entre os operários, uma vez que todos se decidam a não mais deixar-se explorar pela burguesia, o reino da propriedade chegará ao fim. O salário depende da relação entre demanda e oferta, da conjuntura do mercado de trabalho, porque, até hoje, os operários deixaram-se tratar como coisas que se podem comprar e vender; quando decidirem não mais se deixar comprar e vender, quando se afirmarem como *homens* na determinação do valor efetivo do trabalho, quando demonstrarem que, além de força de trabalho, eles dispõem também de vontade, então toda a economia política moderna e as leis que regem o salário haverão de desaparecer. É claro que, se os operários se contentassem em apenas abolir a concorrência entre si, as leis que regem o salário voltariam a impor-se novamente; se se contentassem com isso, traíriam seu movimento atual e a mútua concorrência retornaria – por isso, não se contentarão. A necessidade os compele a destruir não uma parte da concorrência, mas a concorrência em geral, e é isso que farão. Já agora, os operários comprehendem cada vez mais

^a Em latim, no original: "nas atas".

o que lhes custa a concorrência; compreendem, melhor que os burgueses, que a concorrência entre os proprietários, que provoca as crises comerciais e oprime os trabalhadores, também precisa ser eliminada. E bem depressa saberão como fazê-lo.

É supérfluo assinalar que essas associações contribuem notavelmente para alimentar o ódio e a revolta dos operários contra a classe proprietária. Em períodos de particular agitação, elas dão origem, com ou sem o conhecimento de seus dirigentes, a ações isoladas, guiadas por uma paixão selvagem e irrefreável, que só se explicam por um ódio exacerbado até o desespero. Entre tais ações, sobressaem os casos já referidos de pessoas atacadas com vitriolo e uma série de outros, de que darei exemplos a seguir. Em 1831, em Hyde (perto de Manchester), o jovem industrial Ashton, por ocasião de uma violenta agitação operária, foi morto com um tiro quando atravessava uma campina à noite; não há dúvida de que se tratou de uma vingança operária, mas não se identificaram os culpados^a. Não são incomuns as tentativas de incendiar ou explodir fábricas. Em 29 de setembro de 1843, uma sexta-feira, valendo-se de um tubo de ferro cheio de pólvora e com as extremidades tampadas, desconhecidos tentaram explodir as instalações do industrial Padgin, fabricante de serras, na Howard Street, em Sheffield; os prejuízos foram consideráveis^b. No dia seguinte, 30 de outubro de 1843, a cutelaria do industrial Ibbetson, situada em Shales Moor, perto de Sheffield, sofreu atentado análogo; o senhor Ibbetson era particularmente odiado por participar ativamente dos movimentos burgueses e pelos baixos salários que pagava, empregando somente *knobsticks* e recorrendo às leis sobre os pobres em seu proveito (de fato, durante a crise de 1842, depois de forçar os operários a aceitar um salário miserável, denunciou os que o recusaram às autoridades encarregadas de distribuir auxílios como capazes de trabalhar e que, não o fazendo, viram-se impedidos de receber qualquer ajuda); a explosão causou muitos danos e todos os operários que observaram seus efeitos apenas lamentaram "que o estabelecimento não tivesse sido inteiramente destruído". Na sexta-feira seguinte, 6 de outubro de 1843, uma tentativa de incendiar a fábrica Ainsworth & Crompton, em Bolton, foi frustrada – era a terceira ou quarta

^a Aqui a fonte de Engels é P. Gaskell (*The Manufacturing Population of England...*, cit., p. 299), e há equívocos na informação: o processo decorreu em 1834 e, dos três implicados – Joseph e William Mosley e William Garside –, dois foram enforcados.

^b O fato foi noticiado pelo *Northern Star*, edição de 7 de outubro de 1843.

tentativa do gênero, num curto espaço de tempo, contra a mesma fábrica^c. Na sessão do Conselho Municipal de Sheffield de 10 de janeiro de 1844, uma quarta-feira, o comissário de polícia apresentou um artefato explosivo – receptáculo de ferro fundido, carregado com quatro libras de pólvora e uma mecha que chegou a ser incendiada – encontrado na fábrica do senhor Kitchen, na Earl Street (Sheffield)^d. A 21 de janeiro^e, um domingo, pacotes de pólvora lançados do exterior explodiram na fábrica de serras de Bentley & White, localizada em Bury, no Lancashire, causando grandes danos^d. Em 1º de fevereiro de 1844, uma quinta-feira, um incêndio provocado destruiu as instalações da Soho Wheel, em Sheffield^e. Como se vê, seis casos similares em quatro meses, todos com a marca da exasperação operária contra os patrões.

Não é preciso que eu diga quais são as condições sociais que fazem com que coisas como essas se tornem possíveis. Esses fatos demonstram claramente que na Inglaterra, mesmo em períodos de prosperidade, como nos fins de 1843, a guerra social é aberta e declarada – e a burguesia ainda não começou a refletir em seu significado! Mas o caso mais clamoroso é o dos *thugs de Glasgow*^f, processados nessa cidade entre 3 e 11 de janeiro de 1838. O processo revelou que a associação dos tecelões de algodão, que existia desde 1816, era excepcionalmente forte e organizada; os associados vinculavam-se sob juramento às decisões da maioria e durante cada greve operava um comitê secreto (desconhecido da grande maioria dos associados), que podia dispor livremente dos fundos. Esse comitê punha a prêmio a cabeça de *knobsticks* e de industriais particularmente odiados, além de fixar recompensas por incêndios a fábricas. Incendiou-se uma fábrica onde moças, na condição de *knobsticks*, substituíam homens na fiação e uma tal senhora MacPherson, mãe de uma dessas moças, foi assassinada – e dois dos assassinos, à custa da associação, fugiram para a América. Já antes, em 1820, foi ferido à bala um *knobstick* de nome MacQuarry, e o agressor

^a Relatada pelo *Manchester Guardian*, edição de 11 de outubro de 1843.

^b Relatado pelo *Times*, edição de 13 de janeiro de 1844, e pelo *Northern Star*, edição de 20 de janeiro de 1844.

^c Por equívoco, "20 de janeiro" no texto de Engels.

^d Relatado pelo *Manchester Guardian*, edição de 24 de janeiro de 1844.

^e Relatado pelo *Sheffield and Rotherham Independent*, edição de 3 de fevereiro de 1844.

^f Os *thugs* constituíam uma famosa tribo da Índia oriental, cuja única atividade era o assassinato de todos os estrangeiros que caíam em suas mãos, daí a designação dada a esses operários.

recebeu um prêmio de quinze libras da associação. Posteriormente, certo Graham foi baleado e o atirador ganhou vinte libras, mas foi identificado e recebeu a pena de desterro perpétuo. Enfim, em maio de 1837, por ocasião de uma greve nas fábricas de Oatbank e Mile End, eclodiram desordens no curso das quais uma dúzia de *knobsticks* foram duramente agredidos; no mês de julho seguinte, as desordens prosseguiram e outro *knobstick*, um certo Smith, foi tão esbordado que quase morreu^a; na seqüência, as autoridades prenderam o comitê e abriu-se um inquérito de que resultou na condenação de seu presidente e dos principais membros a sete anos de deportação por participação em associação ilegal, maus-tratos a *knobsticks* e incêndio na fábrica de James e Francis Wood. Que dizem dessa história nossos bravos alemães?

A classe proprietária (especialmente os industriais, que estão em contato direto com os operários) opõe-se com extrema violência às associações e procura incessantemente demonstrar aos operários sua inutilidade; e o faz recorrendo a argumentos que, válidos do ponto de vista da economia política, são por isso mesmo em parte falaciosos e não conseguem persuadir os operários. O zelo com que a burguesia se empenha nessa demonstração comprova que aqui estão em jogo seus interesses; mesmo prescindindo dos prejuízos imediatos decorrentes de uma greve, tudo que entra na bolsa do burguês sai necessariamente da bolsa do operário. E os operários, ainda que não soubessem claramente que suas associações

^a Engels incorre aqui em pequena inexatidão: o *knobstick* foi baleado.

² “Que ‘justiça feroz’ (*wild justice*) deve arder no fundo do coração desses homens para, reunidos em assembleia e depois de fria reflexão, levá-los a julgar seu irmão de trabalho como desertor e traidor da causa de sua classe, a condená-lo a morrer como desertor e traidor e a justiçá-lo por meio de um carrasco secreto (posto que um juiz e um carrasco conhecidos não o fariam), como se o antigo *Femgerich* e o tribunal secreto da cavalaria revivessem assim, súbita e repetidamente ressuscitados ante os olhos estupefatos das pessoas, não mais envoltos em cotas de malha metálica, mas vestidos com veludo de algodão, reunindo-se não mais nas florestas da Vestfália, porém nas calçadas da Gallowgate de Glasgow! Um tal sentimento deve estar muito generalizado e fortemente enraizado na multidão, mesmo que só possa assumir essa forma extrema entre alguns poucos” (Carlyle, *Chartism*, p. 41). [O *Femgerich* era, no medievo alemão, um tribunal penal competente para emitir sentenças de morte; suas sessões, inspiradas em formas legadas pela tradição germânica, a partir de um certo momento tornaram-se secretas e o tribunal deixou de ater-se aos delitos cometidos para julgar também delitos hipotéticos ou prováveis – e suas sentenças podiam ser executadas por seus emissários no momento da prisão do condenado. Tais emissários, nos séculos XIV e XV, tornaram-se particularmente ativos na Vestfália, mas sua competência se estendia a todo o território do império. (N.E.)]

servem ao menos para travar o desejo dos patrões de reduzir os salários, continuariam a mantê-las na medida em que causam danos aos seus inimigos, os patrões. Na guerra, aquilo que prejudica a uma das partes favorece a outra – e como os operários estão em pé de guerra contra os patrões, aqui as coisas se passam exatamente como quando as grandes potências se entredevoram.

Entre todos os burgueses, o mais furioso dos adversários das associações operárias é, mais uma vez, nosso amigo doutor Ure. Ele espuma de ódio contra “os tribunais secretos” dos tecelões de algodão, os operários mais fortemente organizados, que se orgulham de paralisar o trabalho nas fábricas dos industriais mais recalcitrantes e de “arruinar assim o homem que, durante anos, lhes assegurou a vida”. Fala de uma época em que “a mente criadora e o coração vivificante da indústria se tornaram escravos dos agitados membros inferiores” – é uma pena que os operários ingleses não se deixem encantar pela tua fábula como os plebeus romanos, ó novo Menenius Agrippa^a! – e enfim conta esta bela história: os tecelões de fio grosso na *mule* abusaram de sua própria força até o limite tolerável; os altos salários, ao invés de induzi-los à gratidão para com o industrial e a uma educação intelectual (em ciências inócuas ou no máximo úteis à burguesia, é claro!), levaram-nos ao orgulho e criaram as condições para estimular o espírito de sedição no decurso de greves que, arbitrariamente, vitimaram um grande número de industriais; durante um desses lamentáveis períodos de rebelião, os industriais de Hyde, Dukenfield e arredores, preocupados em não perder mercados para franceses, belgas e americanos, procuraram a fábrica de máquinas de Sharp, Roberts & Co., conclamando a que o gênio inventivo do senhor Sharp^b criasse um tear automático, de modo “a salvar os negócios da escravatura que os perturbava e da ruína que os ameaçava”:

Em poucos meses foi aprontada uma máquina que parecia dotada do cérebro, do sentimento e da sensibilidade de um operário experiente. Assim, das mãos do Prometeu moderno, sob o comando de Minerva, nasceu o “homem de ferro” – como lhe chamam os operários –, uma criatura destinada a restabelecer a ordem entre as classes industriais e a assegurar aos ingleses o domínio industrial. A notícia desse novo trabalho de Hércules espalhou o terror entre

^a Em 494 a. C., o patrício Menenius Agrippa (romano falecido em 493 a. C.) teria dissuadido os plebeus revoltados contando-lhes uma fábula acerca das relações entre o estômago e os membros.

^b No texto de Ure, o gênio inventivo não é Sharp, mas Roberts.

as associações operárias e antes mesmo de saltar do berço, por assim dizer, estrangulou a hidra da anarquia.^a

É com argumentação similar que Ure demonstra que a invenção da máquina de estampar de quatro ou cinco cores foi uma consequência da agitação entre os estampadores de tecidos de algodão, que a insubordinação dos tecelões que operavam teares mecânicos levou ao surgimento de uma máquina mais aperfeiçoadas para a Mercerização – e ele cita vários outros casos análogos³. E, poucas páginas antes, o mesmo Ure empenhou-se longamente na demonstração de que as máquinas são vantajosas para os operários! No combate às associações, aliás, ele não é voz solitária; no relatório sobre as fábricas, o senhor Ashworth, o industrial, e muitos outros não deixaram escapar nenhuma oportunidade para destilar sua ira contra elas. Esses sábios burgueses agem exatamente como certos governos e atribuem todos os movimentos que não compreendem à influência de agitadores mal-intencionados, de maus elementos, de demagogos, de desordeiros e de jovens; sustentam que os funcionários pagos das associações têm interesse em fazer agitação porque vivem disso – como se a burguesia não tivesse tornado necessário seu pagamento, na medida em que não lhes dá emprego!

A enorme freqüência de greves é o melhor indicador do ponto a que chegou, na Inglaterra, a guerra social. Não se passa nem uma semana, quase nem um dia, em que não ocorra aqui ou acolá uma paralisação do trabalho: contra uma redução do salário, a propósito da recusa de um aumento, contra o emprego de *knobsticks*, pela recusa patronal de coibir abusos ou de melhorar instalações, contra a introdução de novas máquinas, enfim, por uma centena de causas. Essas greves são em geral pequenas escaramuças de vanguarda e, às vezes, combates mais importantes; não solucionam nada definitivamente, mas são a prova mais segura de que se aproxima o confronto decisivo entre o proletariado e a burguesia. Elas são a escola de guerra na qual os operários se preparam para a grande batalha, agora inevitável; são os pronunciamentos das distintas categorias de operários, consagrando sua adesão ao grande movimento proletário. Se

^a Engels reúne, no parágrafo anterior e nessa citação, passos que, no livro de Ure, encontram-se nas p. 282, 366-7 e 370. Recorde-se que, segundo o mito grego, Prometeu roubou aos deuses o fogo da vida para entregá-lo aos homens e foi condenado a padecer encadeado a uma rocha; Minerva, na mitologia romana, era a deusa da sabedoria; Hércules, na mitologia grega, era o herói, personificação da força e da pertinácia.

³ Cf. A. Ure, *The Philosophy of Manufactures*, p. 366 e ss.

examinarmos as edições dos anos mais recentes do *Northern Star*, o único jornal que noticia todos os movimentos operários, veremos que todos os operários das cidades e das indústrias que surgem no campo se uniram a associações e protestaram, intermitentemente, por meio de greves, contra a dominação da burguesia.

E as greves, como escola de guerra, têm uma eficácia insuperável – nelas se desenvolve a coragem própria dos ingleses. No continente, diz-se que os ingleses, particularmente os operários, são covardes, incapazes de realizar uma revolução porque não se entregam, como os franceses, às revoltas diárias, que, enfim, parecem adaptar-se tranquilamente ao regime burguês. Nada mais falso; os operários ingleses não ficam atrás de quaisquer outros no que toca à coragem e são tão pouco cordatos quanto os franceses – mas lutam de modo diverso. Os franceses, com um temperamento essencialmente político, empregam meios políticos na luta contra os males sociais; os ingleses, para os quais a política só existe em função de interesses, em função da sociedade burguesa, em vez de combater o governo, combatem diretamente a burguesia – e esse combate, por agora, só pode ser eficaz por via pacífica. A estagnação comercial e a miséria que se seguiu a ela em 1834 provocaram em Lyon a insurreição pela república; em Manchester, provocaram, em 1842, a greve geral pela *Carta do Povo*^a e por aumentos salariais. Mas não é difícil compreender que uma greve exige coragem, e por vezes uma coragem e uma resolução maiores, mais firmes, que as reclamadas por uma rebelião. Na verdade, não é pouca coisa para um operário, que conhece a miséria por experiência, ir voluntariamente ao seu encontro, com a mulher e os filhos, e suportar fome e privações por dias e meses e permanecer, apesar de tudo, irredutível e inabalável. Que coisa é a morte, que coisa são as galés que ameaçam os revolucionários franceses, diante da visão cotidiana da família esfaimada, diante da certeza da vingança subsequente da burguesia, que os operários ingleses preferem a submeter-se ao jugo da classe proprietária? Mais adiante, veremos um exemplo dessa coragem tenaz e inflexível do operário inglês, que só cede à violência quando toda resistência se torna inútil e insensata – e é precisamente nessa calma pertinaz, nessa constante firmeza, que supera centenas de provas todos os dias, que o operário inglês desenvolve os aspectos mais admiráveis do seu caráter. Homens que suportam tanto sofrimento para fazer vergar um só burguês certamente têm condições de abater o poderio de toda a burguesia.

^a Cf., *infra*, nota a, p. 262.

Prescindindo de tudo isso, os operários ingleses, em várias ocasiões, demonstraram sua coragem. Se a greve de 1842 não teve grande resultados, isso ocorreu em parte porque os operários foram compelidos a ela pela burguesia e em parte porque os próprios operários não tinham consciência clara de seus objetivos nem estavam suficientemente unidos em relação a eles. Mas sempre comprovaram sobejamente sua coragem quando estavam em jogo objetivos sociais bem definidos. Sem falar da insurreição no País de Gales, em 1839. Manchester – durante minha estada, em maio de 1843 – foi palco de uma verdadeira batalha. Uma olaria (Pauling & Henfrey)^a aumentara as dimensões dos tijolos sem elevar os salários e, naturalmente, vendia seu produto a preços mais altos. Os operários, aos quais era recusado qualquer aumento salarial, abandonaram a olaria e sua associação inscreveu-a na lista daquelas com as quais os trabalhadores não deveriam ter relações. Com enorme dificuldade, no entanto, a empresa conseguiu encontrar operários nos arredores; contra esses knobsticks, a associação utilizou primeiro a intimidação. A empresa contratou doze homens – antigos soldados ou policiais – para vigiar seu pátio, todos armados com espingardas. Logo que a intimidação se mostrou ineficaz, uma noite, por volta das dez horas, um grupo de operários oleiros, em formação de combate e com a primeira fila armada de espingardas, avançou para o pátio, que ficava a quatrocentos passos de um quartel de infantaria⁴. Os operários invadiram o pátio e, avistados pelos guardas, abriram fogo, destruíram os tijolos que ainda não tinham secado, derrubaram pilhas de tijolos já prontos, demoliram o que encontraram à sua passagem e penetraram no prédio, onde quebraram os móveis e maltrataram a mulher do vigia que lá morava. Nesse entretempo, os guardas protegeram-se atrás de uma sebe, por onde podiam disparar; quando os operários se encontraram diante de uma formalha acesa, a luminosidade tornou-os alvos certos para os guardas – mas o combate continuou por mais de meia hora, até o esgotamento da munição dos operários e até que atingissem seu objetivo: a destruição de tudo o que havia para destruir. Só então os operários se retiraram, sob o fogo dos soldados que chegaram; eles foram em direção a Eccles (a três milhas de Manchester) e, no caminho, fizeram a chamada para identificar as baixas e, a seguir, dispersaram-se, naturalmente para cair nas mãos

de soldados que vinham de todas as partes. A quantidade de feridos deve ter sido alta, mas só se soube o número dos que foram presos a seguir; um deles fora ferido com três tiros (coxa, perna e ombro) e ainda assim se arrastou por mais de quatro milhas. Como se vê, trata-se de homens que dispõem de coragem revolucionária e não temem combates: trata-se de algo muito diverso do que se passa quando – e foi assim em 1842 – uma massa desarmada, que não sabe exatamente o que quer, vê-se inteiramente cercada por soldados e policiais numa praça; na verdade, nesse caso a massa nada teria feito se não fosse provocada pelos agentes do poder público, isto é, do poder da burguesia. Quando o povo está diante de um objetivo bem determinado, dá provas de grande coragem – como, por exemplo, no caso do assalto à fábrica Birley, que depois teve de ser protegida pela artilharia^a.

Aproveitemos o ensejo para dizer algumas palavras sobre o sacrossanto respeito que, na Inglaterra, se dedica à lei. É claro que, para o burguês, a lei é sagrada: trata-se de obra sua, votada com sua concordância, produzida para protegê-lo e garantir seus privilégios; ele sabe que, embora uma lei singular possa prejudicá-lo eventualmente, o conjunto da legislação assegura seus interesses e sabe, sobretudo, que o caráter sagrado da lei, a intangibilidade da ordem social consagrada pela participação ativa da vontade de uma parte da sociedade e pela passividade da outra, é o sustentáculo mais poderoso de sua posição social. O burguês encontra-se a si mesmo na lei, como se encontra em seu próprio deus – por isso, ele a considera sagrada e, também por isso, a borduna policial, que no fundo é a sua borduna, exerce sobre ele um efeito tranqüilizador de admirável eficácia. Para o operário, as coisas se apresentam completamente diversas. O operário sabe muitíssimo bem – porque aprendeu várias vezes, por experiência direta e própria – que a lei é um látigo produzido pelo burguês; por isso, se não for obrigado, não a cumpre. É ridículo afirmar que o operário inglês teme a polícia: em Manchester, leva corretivos todas as semanas e, no ano passado, chegou-se a assaltar um posto policial, num prédio protegido por portas de ferro e pesadas janelas. A força da polícia na greve de 1842, já o dissemos, consistiu basicamente na indecisão dos próprios operários.

Uma vez que os operários não respeitam a lei, mas apenas reconhecem sua força enquanto eles mesmos não dispõem da força para mudá-la, é mais que natural que avancem propostas para modificá-la, é mais que natural

^a Engels voltará a mencionar essa fábrica no texto "Dados suplementares sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Uma greve inglesa", reproduzido nos Anexos deste volume.

⁴ Na esquina de Cross Lane com Regent Road; cf. o mapa de Manchester. [Ver, neste volume, a p. 88. (N.E.)]

^a Eventos reportados pelo *Northern Star*, edições de 13 de agosto de 1842 e 27 de maio de 1843.

que, no lugar da lei burguesa, queiram instaurar uma lei proletária. A proposta do proletariado é a *Carta do Povo* (*People's Charter*), cuja forma possui um caráter exclusivamente político e exige uma base democrática para a Câmara Alta^a. O *cartismo* é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas associações e nas greves, a oposição mantinha-se insulada, eram operários ou grupos de operários isolados a combater burgueses isolados; nos poucos casos em que a luta se generalizava, na base dessa generalização estava o cartismo – neste, é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político, a muralha legal com que ela se protege.

O cartismo nasceu do partido *democrático*, partido que nos anos oitenta do século passado desenvolveu-se *com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado*. Reforçando-se durante a Revolução Francesa, quando a paz foi restabelecida apresentou-se como partido *radical*, deslocando seus centros de Londres para Birmingham e Manchester. Aliando-se com a burguesia liberal, impôs aos oligarcas do antigo Parlamento o *Reform Bill*^b e, desde então, vem se consolidando diante da burguesia sempre mais claramente como partido operário. Em 1838^c, uma comissão da Associação Geral dos Operários de Londres (*London Working Men's Association*), liderada por William Lovett, elaborou a *Carta do Povo*, cujos “seis pontos” são: 1) sufrágio universal para todos os homens maiores, mentalmente sadios e não condenados por crime; 2) renovação anual do Parlamento; 3) remuneração para os parlamentares, para que indivíduos sem recursos possam exercer mandatos; 4) eleições por voto secreto, para evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia; 5) colégios eleitorais iguais, para garantir representações equitativas e 6) supressão da exigência (já agora apenas formal) da posse de propriedades fundiárias no valor de trezentas libras como condição para a elegibilidade – isto é, qualquer eleitor pode tornar-se elegível. Esses seis pontos, referidos exclusivamente à Câmara Baixa, são suficientes, por mais anódinos que possam parecer, para fazer ruir a Constituição inglesa e, com

^a A *Carta do Povo* (*People's Charter*), em torno da qual convergiram os vários grupamentos operários já existentes (alguns provindos dos anos 1820), constituindo o *movimento cartista*, foi publicada em maio de 1838, com a reivindicação dos “seis pontos” que Engels resumirá em seguida. Em 1840 organizou-se a Associação Nacional pela Carta e os primeiros anos dessa década registraram o crescimento nacional do *movimento cartista*, que entrou em crise no decênio seguinte.

^b Cf., *supra*, nota a, p. 60.

^c As edições de 1845 e 1892, equivocadamente, registram 1835.

ela, a rainha e a Câmara Alta. O chamado elemento monárquico e aristocrático da Constituição só pode manter-se de pé na medida em que a burguesia tenha interesse em sua *aparente conservação* – ambos só existem aparentemente. Mas quando toda a opinião pública encontrar-se representada na Câmara Baixa, quando esta exprimir não só a vontade da burguesia, mas a de toda a nação, ela absorverá todo o poder, de modo que não restará nenhuma auréola à aristocracia e à rainha. O operário inglês não respeita lordes nem rainhas; o burguês, que não os leva em conta nas matérias substantivas, diviniza-os enquanto pessoas. O cartista inglês, politicamente, é um republicano, ainda que quase nunca empregue esse termo; simpatiza com os republicanos de todos os países, mas prefere qualificar-se como democrata. Ele é, porém, um republicano puro e simples: sua democracia não se restringe apenas ao plano político.

Mesmo sendo, desde o seu início, em 1835^a, um movimento essencialmente operário, o cartismo ainda não se distinguia nitidamente da pequena burguesia radical. O radicalismo operário caminhava no mesmo passo que o radicalismo burguês: a *Carta* era uma espécie de *scibboleth*^b comum, celebravam juntos anualmente as suas *convenções nacionais* e pareciam constituir um único partido. Na época, a pequena burguesia, desiludida com o encaminhamento do *Reform Bill* e com o mau andamento dos negócios nos anos 1837-1839, apresentava-se belicosa e sanguinária e por isso aceitou de bom grado a violenta agitação dos cartistas. Na Alemanha, não se faz idéia da violência dessa agitação: exortou-se abertamente o povo a armar-se e mesmo a sublevar-se – chegou-se a fabricar lanças, como outrora, na Revolução Francesa; por volta de 1838, participava do movimento um certo Stephens, pastor metodista, que se dirigiu ao povo de Manchester, reunido em praça pública, nos seguintes termos:

Vocês nada têm a temer da força do governo, dos soldados, das baionetas e dos canhões de que dispõem seus opressores; vocês possuem um meio muito mais poderoso, uma arma diante da qual baionetas e canhões são insuficientes – e um menino de dez anos pode utilizá-la: meia dúzia de fósforos e um feixe de palha embebida em alcatrão. Utilizem-na com coragem e verão que, contra essa arma, nada podem o governo e seus milhares de soldados.⁵

^a Não é sem razão que Engels faz essa referência cronológica porque, à época, a emergência do cartismo estava diretamente vinculada à fundação (1835) da já mencionada *London Working Men's Association*.

^b Do hebraico, aqui utilizado no sentido de “palavra de ordem”.

⁵ Já vimos como os operários tomaram essas palavras ao pé da letra.

Já então se manifestava o caráter peculiar, *social*, do cartismo operário. O mesmo Stephens, quando 200 mil pessoas se reuniram na colina Kersall-Moor, o *mons sacer* já referido de Manchester^a, arengava:

O cartismo, meus amigos, não é uma questão política, que trata de obter para vocês o direito de voto etc. Não! O cartismo é uma questão de garfo e faca, a *Carta* significa habitação decente, comida e bebida boas, condições de vida dignas e jornada de trabalho reduzida.^b

Desde esses anos, os movimentos contra a nova lei sobre os pobres e pela lei da limitação da jornada de trabalho a dez horas ligaram-se estreitamente ao cartismo. Em todos os comícios e reuniões da época, participa ativamente o *tory* Oastler e, além da petição nacional em favor da *Carta*, aprovada em Birmingham, circularam centenas de petições em prol da melhoria das condições sociais dos operários; em 1839, a agitação prosseguiu com idêntico vigor e quando, no fim do ano, ela começou a perder força, Bussey, Taylor e Frost investiram numa sublevação que eclodiria simultaneamente na Inglaterra setentrional, no Yorkshire e no País de Gales. Frost foi obrigado a precipitar seu intento, porque revelado por uma traição, e por isso fracassou; os conspiradores do norte souberam desse desfecho a tempo e puderam recuar. Dois meses mais tarde, em janeiro de 1840, eclodiram no Yorkshire, especialmente em Sheffield e em Bradford, as chamadas *revoltas policiais* (*spy outbreaks*)^c, e depois, pouco a pouco, a agitação decresceu. Enquanto isso, a burguesia voltou-se para projetos mais práticos e mais vantajosos para si, particularmente a legislação sobre os grãos; fundou-se em Manchester a *Liga contra as Leis dos Cereais* (*Anti-Corn Law League*)^d e, na seqüência, afrouxaram-se os vínculos entre a burguesia radical e o proletariado. Os operários bem cedo compreenderam que a derrogação da lei sobre os cereais lhes seria pouco vantajosa, ao passo que servia otimamente à burguesia e por isso foi impossível conquistar sua adesão a tal projeto.

Eclodiu, porém, a crise de 1842. A agitação retomou o nível de 1839, mas agora, sofrendo duramente com a crise, a rica burguesia industrial participou dela. A Liga contra as Leis dos Cereais – a associação criada pelos industriais

^a Cf., supra, nota b, p. 87.

^b *Northern Star*, edição de 29 de setembro de 1838.

^c Tiveram essa designação confrontos entre operários e policiais; soube-se depois que eram causados por provocadores e terminaram com a prisão de dirigentes e militantes operários.

^d Cf., supra, nota 19, p. 217.

manchesterianos – assumiu uma posição violenta e radical. Seus jornais e seus propagandistas utilizaram uma linguagem abertamente revolucionária – também porque, desde 1841, estava no poder o partido conservador. Como os cartistas haviam feito antes, agora os industriais apelaram expressamente para a revolta; quanto aos operários, os mais atingidos pela crise, estes não se mantiveram imobilizados, como prova a petição nacional desse ano, com seus 3,5 milhões de assinaturas. Os dois partidos radicais, que haviam se afastado, agora voltavam a aliar-se: em 14 de fevereiro de 1842^a, em Manchester, numa reunião de liberais e de cartistas, redigiu-se uma petição que reivindicava ao mesmo tempo a derrogação das leis sobre os cereais e a entrada em vigência dos seis pontos da *Carta* – no dia seguinte, essa petição foi adotada pelos dois partidos. A primavera e o verão transcorreram num clima de violenta agitação e miséria crescente. A burguesia estava decidida a aproveitar a crise, a miséria e a tensão geral para conquistar a derrogação das leis sobre os cereais; e dessa vez, como o poder estava nas mãos dos *tories*, dispunha-se a abandonar metade de sua legalidade: dispunha-se a fazer a revolução, mas com os operários – que os operários retirasse as castanhas do fogo e queimassem os próprios dedos em proveito da burguesia. De vários lados ressurgiu a idéia, lançada anteriormente (1839) pelos cartistas, de um mês sagrado: um mês de descanso para todos os operários; porém, agora, não eram os operários que pregavam uma greve geral, mas sim os industriais, que queriam fechar suas fábricas, lançar os operários nos distritos rurais sob o controle da aristocracia para, desse modo, compelir o Parlamento e o governo *tories* à abolição das leis sobre os cereais. Sem dúvida que isso provocaria uma sublevação, mas a burguesia, em segurança na retaguarda, poderia esperar o desfecho sem se comprometer inteiramente com ele.

No fim de julho de 1842, os negócios começaram a melhorar; e, nesse período em que a conjuntura era favorável (cf. os relatórios comerciais de Manchester e Leeds de fim de julho e princípio de agosto)^b, três empresas de Stalybridge reduziram os salários dos operários – eu não saberia dizer se por iniciativa própria ou de acordo com outros industriais, particularmente os da Liga. Duas delas, porém, recuaram; uma terceira, William Bailey & Brothers, manteve-se irreduzível e, aos operários que protestavam, recomendou que fariam melhor se fossem passear por algum tempo. Os operários acolheram a proposta com

^a No texto de Engels, por equívoco, consta a data 15 de fevereiro.

^b Entre outras fontes, Engels valeu-se aqui das edições do *Manchester Guardian* de julho-agosto de 1842.

ironia, abandonaram a fábrica e percorreram a cidade conclamando todos os operários a suspender o trabalho. Em poucas horas as fábricas se esvaziam e, em cortejo, os operários se dirigiram a Mottram Moor para realizar um comício. Isso foi em 5 de agosto; no dia 8, uma coluna de 5 mil homens deslocou-se para Ashton e Hyde, paralisaram aí todas as fábricas e minas de carvão e fizeram inúmeros comícios, nos quais não se tratou – como esperava a burguesia – da abolição das leis sobre os cereais, mas se pôs na ordem do dia “um salário digno por uma jornada de trabalho digna” (*a fair day's wages for a fair day's work*)^a. Em 9 de agosto, dirigiram-se para Manchester, onde as autoridades, todas liberais, não fizeram restrições à sua entrada, e aí paralisaram as fábricas. No dia 11 estavam em Stockport, onde só encontraram resistência quando assaltaram a *Casa dos pobres*^b, essa dileta criatura burguesa; no mesmo dia, em Bolton, houve uma paralisação geral do trabalho e vários distúrbios, mas sem nenhuma oposição das autoridades. Em pouco tempo, a sublevação estendia-se à inteira região industrial, com a paralisação de todo trabalho (exceção feita às colheitas e à produção de alimentos).

Mas os operários sublevados permaneceram tranqüilos. Foram conduzidos à sublevação sem querer; *contra toda a sua tradição*, os industriais não se opuseram à greve (exceto um, o *tory* Birley, de Manchester); a coisa toda começou sem que os operários tivessem um objetivo determinado. Se todos estavam de acordo em não se deixar matar em proveito dos industriais contrários às leis sobre os cereais, alguns queriam a aprovação da *Carta* e outros, considerando prematura essa reivindicação, pretendiam somente restabelecer os níveis salariais de 1840. Por isso, a insurreição se frustrou. Se desde o começo tivesse sido intencional e conscientemente uma insurreição operária, alcançaria êxito; mas essa massa lançada às ruas pelos patrões, sem desejar e sem finalidades claras, não poderia fazer nada. No entanto, a burguesia, que não moveu uma palha para tornar efetiva a aliança de 14 de fevereiro^c, logo compreendeu que os operários não pretendiam operar como um instrumento seu e que a incoerência de que dava provas ao abandonar sua postura “legal” constituía, para si, um perigo; por isso, retornou ao seu velho legalismo e pôs-se ao lado do governo, contra os operários que ela mesma estimulara e depois empurrara para a sublevação. Os burgueses e seus servidores fiéis

constituíram uma polícia especial (até negociantes alemães de Manchester participaram disso) e desfilaram inutilmente pelas ruas, exibindo seus cassetetes e charutos. Já em Preston, a burguesia mandou disparar sobre o povo. E assim, de repente, a sublevação popular defrontou-se não apenas com a força militar do governo, mas com toda a classe proprietária. Os operários, que não tinham um objetivo determinado, dispersaram-se e o movimento chegou ao fim sem consequências graves. Na seqüência, a burguesia acumulou infâmia sobre infâmia, tentou revestir-se de virgindade contrapondo à ação violenta do povo um horror que destoava inteiramente da linguagem revolucionária que exibia na primavera, atribuiu a sublevação aos “cabeças” cartistas etc., ela, que fez muito mais que eles para insuflar o movimento – e, com um cinismo sem par, retornou aos seus velhos princípios fundados no caráter sacrossanto da lei. Os cartistas, que pouco contribuíram para a sublevação, que diante dela procuraram tão-somente o que a burguesia também procurava, isto é, aproveitar a ocasião, foram levados à barra dos tribunais e condenados – ao passo que a burguesia saiu da coisa sem prejuízos, vendendo com vantagens seus estoques durante a suspensão do trabalho.

Resultou da sublevação a separação definitiva entre o proletariado e a burguesia. Até então, os cartistas não haviam ocultado seu objetivo de conquistar a *Carta* por todos os meios, inclusive uma revolução; a burguesia, que agora compreendeu os riscos que para si representava qualquer transformação violenta, tratou de tapar os ouvidos para qualquer referência à “violência física” e de concentrar seus esforços exclusivamente na “violência moral”, como se esta não implicasse direta ou indiretamente a ameaça de violência física. Esse foi o primeiro ponto da pauta de discrepâncias, mesmo que essencialmente superado com as posteriores declarações dos cartistas (tão dignos de fé quanto a burguesia liberal) de não querer apelar para a violência física. O segundo ponto, e o mais importante, fez o cartismo manifestar-se em toda a sua pureza – dizia respeito à lei sobre os cereais: sua abolição interessava não ao proletariado, mas à burguesia radical e, diante desse ponto, o cartismo dividiu-se em duas frações que, embora afirmando apoiar-se nos mesmos princípios políticos, eram radicalmente diferentes e inconciliáveis. Na Convenção Nacional de janeiro de 1843, em Birmingham^d, Sturge, representante da burguesia radical, propôs omitir a referência à *Car-*

^a Parece que essa palavra de ordem fora formulada antes pelo pastor J. R. Stephens (*Northern Star*, edição de 10 de novembro de 1838).

^b Trata-se, de fato, de uma *workhouse*.

^c Aqui, novamente, Engels escreve 15 de fevereiro.

^d Provável equívoco cronológico de Engels, pois do que se tem notícia é de uma conferência entre delegados burgueses radicais e cartistas, realizada naquela cidade no fim de dezembro de 1842.

ta nos estatutos da Associação Cartista, sob o pretexto de que a palavra, por causa da insurreição, evocava violências revolucionárias – evocação que de resto existia havia muito, mas contra a qual, até aqui, o senhor Sturge nada objetara. Os operários recusaram a proposta, diante do que o bravo *quaker* abandonou a assembléia com uma minoria e, apenas com burgueses radicais, constituiu uma *Complete Suffrage Association* [Associação pelo sufrágio completo]. Aquelas evocações haviam se tornado tão molestas para esse burguês até havia pouco jacobino que ele trocou a expressão *sufrágio universal* por essa outra, ridícula, *sufrágio completo!* Os operários riram muito e seguiram seu próprio caminho. Desde então, o cartismo tornou-se um movimento puramente operário, depurado de todos os elementos burgueses. Os jornais “completos” (*Weekly Dispatch*, *Weekly Chronicle*, *Examiner* etc.) assumiram gradativamente o tom sonolento dos outros jornais liberais, defenderam o livre-cambismo, atacaram a lei das dez horas e todas as reivindicações exclusivamente operárias e, no fim das contas, deram poucas provas de radicalismo. Em todos os conflitos, a burguesia radical aliou-se aos liberais contra os cartistas e, de um modo geral, fez da questão da lei dos cereais (que, para os ingleses, é a questão da livre concorrência) sua principal preocupação. Sucumbiu, assim, ao poder da burguesia liberal e hoje desempenha um papel lamentável.

Os operários cartistas, por seu turno, participaram com ardor redobrado de todas as lutas do proletariado contra a burguesia. A causa da livre concorrência trouxe tantos ônus aos operários que passou a ser objeto de seu ódio profundo; seus defensores, os burgueses, são seus inimigos declarados. O operário só pode esperar desvantagens da plena liberdade de concorrência. Todas as suas reivindicações – a lei das dez horas, a proteção do operário contra o capitalista, um bom salário, a segurança de trabalho, a supressão da nova lei sobre os pobres, tudo o que pertence ao cartismo e que é tão importante quanto os “seis pontos”, tudo isso colide diretamente com a livre concorrência e o livre-cambismo. Não pode surpreender a ninguém – exceto, naturalmente, à burguesia inglesa –, pois, que os operários nada queiram ouvir acerca da livre concorrência, do livre-cambismo, da abolição da lei sobre os cereais e, se são indiferentes quanto a esta, são extremamente hostis aos seus defensores. É justamente nessa última questão que o proletariado se distingue da burguesia, o cartismo do radicalismo, e um burguês jamais o compreenderá, porque jamais compreenderá o proletariado.

Mas também aqui se encontra a diferença entre a democracia cartista e todas as formas de democracia política burguesa até hoje existentes. O

cartismo tem uma natureza essencialmente social^a. Os “seis pontos”, que tudo representam para a burguesia radical e que, quando muito, implicarão reformas constitucionais, para o proletário não são mais que meios: “O poder político é o nosso meio; a nossa finalidade é o bem-estar social” – essa é a palavra de ordem eleitoral claramente formulada pelos cartistas. Em 1838, somente para uma parte dos cartistas era verdade a *questão de faca e garfo* enunciada pelo pastor Stephens; em 1845, tornou-se verdade para todos – entre os cartistas, já não existe mais um só homem que seja apenas político. Mas se seu socialismo é ainda pouco desenvolvido, se até hoje seu principal instrumento na luta contra a miséria seja a proposta do parcelamento da propriedade fundiária (*allotment system*)^b, já superada pelo desenvolvimento industrial (cf. a Introdução), se em geral a maior parte de suas proposições práticas (proteção aos operários etc.) são aparentemente reacionárias, elas, de um lado, por uma necessidade imanente, conduzirão ou à capitulação perante a concorrência, reproduzindo a situação existente, ou à sua eliminação; de outro lado, a atual condição ambígua do cartismo, a cisão que o diferenciou do partido puramente político, exige que se desenvolvam agora suas *características específicas*, que residem em sua natureza social. A aproximação ao socialismo será inevitável, sobretudo se a próxima crise, que se seguirá à atual fase favorável à indústria e ao comércio e que ocorrerá, no mais tardar, em 1847^c (mas possivelmente já a partir do ano vindouro), superando todas as precedentes em termos de violência e intensidade, sobretudo, dizíamos, se a próxima crise, com a miséria que implicará, compelir os operários a priorizar as soluções sociais para além das políticas. Os operários acabarão por conquistar a *Carta* – mas até lá hão de compreender mais claramente que agora as coisas que poderão impor através dela.

A agitação socialista também progride. Levo em conta o *socialismo* inglês tão-somente na medida em que tem influências sobre a classe operária. Os socialistas ingleses reivindicam a introdução gradual da comunidade de bens em “colônias”^d de 2 mil a 3 mil pessoas, em que se praticam a indústria

^a A edição inglesa de 1887, cuja tradução foi pessoalmente verificada por Engels, traz uma outra formulação: “O cartismo é essencialmente um movimento de classe”.

^b Engels alude aos planos de reforma agrária apresentados pelo dirigente cartista O’Connor.

^c Na edição de 1892, Engels anotou: “e ela ocorreu na data prevista”.

^d Engels alude evidentemente às propostas de criação das *home colonies* de Robert Owen (cf. índice onomástico, p. 366).

e a agricultura, gozam-se de direitos iguais e igual instrução; propõem a simplificação das formalidades para o divórcio, a instituição de um governo racional, que garanta a plena liberdade de opinião, e a abolição das penas, que serão substituídas por um tratamento racional dos delinquentes – estas são suas propostas *práticas*; seus princípios teóricos não nos interessam aqui. O socialismo inglês provém de Owen, um industrial, e por isso, se substantivamente vai além da oposição entre burguesia e proletariado, na forma mostra-se muito indulgente para com a burguesia e muito injusto para com o proletariado.

Os socialistas são muito gentis e pacíficos; na medida em que só admitem como caminho para as mudanças a persuasão da opinião pública, acabam por reconhecer as condições existentes, mesmo deploráveis, como justificadas. Mas a forma atual de seus princípios é tão abstrata que jamais conseguirão convencer a opinião pública. Por outro lado, eles não se cansam de lamentar a degradação moral das classes inferiores, não consideram que a degradação moral da classe proprietária, provocada pelo interesse privado e pela hipocrisia, é bem pior e permanecem cegos a todos os elementos progressistas contidos na desagregação da ordem atual. Não compreendem o desenvolvimento histórico e, por isso, querem mergulhar imediatamente a nação nas condições do comunismo, sem o progresso da política até o ponto em que essa desapareça por si mesma^a. Sabem por que o operário se indigna contra o burguês, mas consideram estéril essa cólera (que, de fato, é o único meio de fazer avançar os operários) e predicam uma filantropia e uma fraternidade universal inteiramente inócuas na situação contemporânea da Inglaterra. Só admitem o desenvolvimento psicológico, o desenvolvimento do homem abstrato, desligado de qualquer vínculo com o passado – embora o mundo inteiro (e, obviamente, cada homem singular) só exista com fundamento no passado. São muito dotados, muito metafísicos e pouco conclusivos. Recrutam-se parcialmente na classe operária, influem sobre frações muito reduzidas dela, porém as mais instruídas e mais firmes.

Em sua configuração atual, o socialismo não se tornará patrimônio comum da classe operária; será constrangido a recuar por um tempo à plataforma do cartismo. Mas o socialismo autenticamente proletário, erguido através do cartismo e depurado de componentes burgueses, tal como já se

^a Nas edições inglesas de 1887 e 1892: “até o ponto em que essa transição se torne possível e necessária” (*up to the point at which this transition becomes possible and necessary*).

desenvolve hoje entre muitos socialistas e muitos dirigentes cartistas (que são quase todos socialistas)^a, assumirá com certeza, e em breve, um papel importante na história do povo inglês. O socialismo inglês, que em suas bases supera largamente o comunismo francês, embora lhe seja inferior no desenvolvimento^b, deverá retroceder por um momento à plataforma francesa, para depois superá-la; mas certamente, até lá, também os franceses terão progredido. O socialismo é, ao mesmo tempo, a expressão mais resoluta da irreligiosidade que reina entre os operários, irreligiosidade *inconsciente*, visto que exclusivamente prática, uma vez que com freqüência os operários hesitam em admiti-la; mas, também aqui, a necessidade constrangerá os operários a abandonar uma fé que, e eles o compreendem cada vez mais claramente, serve apenas para enfraquecê-los e torná-los resignados ante a sua sorte, obedientes e servis à classe proprietária que os dessangra.

Verificamos, assim, que o movimento operário está dividido em duas frações: os cartistas e os socialistas. Os cartistas são de longe os mais atrasados^c e menos evoluídos; mas são proletários autênticos, de carne e osso, e representam legitimamente o proletariado. Os socialistas têm horizontes mais amplos, apresentam propostas práticas contra a miséria, mas provêm originariamente da burguesia e, por isso, são incapazes de se amalgamar com a classe operária. A fusão do socialismo com o cartismo, a reconstituição do comunismo francês em moldes ingleses, será a próxima etapa e ela já está em curso. Quando estiver realizada, a classe operária será realmente senhora da Inglaterra. Até lá, o desenvolvimento político e social seguirá seu curso, favorecendo esse novo partido, esse progresso do cartismo.

As diversas frações operárias – membros das associações, cartistas e socialistas –, às vezes em unidade, às vezes isoladamente, fundaram por seus próprios meios uma grande quantidade de escolas e salões de leitura para elevar o nível cultural do povo. Todas as organizações socialistas, quase todas as cartistas e muitas associações profissionais possuem instituições desse gênero; nas escolas, oferece-se às crianças uma educação verdadeiramente proletária, livre das influências burguesas, e nos salões de leitura encontram-se quase exclusivamente livros e jornais proletários. Essas institui-

^a Na edição de 1892, Engels apôs aqui a seguinte nota: “Naturalmente, socialistas em sentido lato, não no sentido oweniano da palavra”.

^b Nas edições inglesas de 1887 e 1892: “desenvolvimento teórico”.

^c Nas edições inglesas de 1887 e 1892: “os mais atrasados teoricamente”.

ções representam uma ameaça para a burguesia, que conseguiu manter fora do controle do proletariado organismos similares, como as *Mechanics' Institutions* [Instituições de mecânica]^a, transformando-os em centros de difusão dos conhecimentos úteis aos seus interesses. Aí se divulgam elementos das ciências naturais, procurando desviar a atenção dos operários da oposição contra a burguesia e se lhes fornecem conhecimentos que eventualmente podem levá-los a invenções que tragam lucros aos burgueses; quanto às ciências naturais, seu conhecimento, pelo operário, é *atualmente desprovido* de utilidade, uma vez que ele nem sequer pode observar a natureza, vivendo na grande cidade e absorvido por uma jornada de trabalho tão prolongada. Nesses centros também se ensina economia política, cujo ídolo é a livre concorrência e da qual o operário só pode extrair uma conclusão: para ele, nada é mais razoável que resignar-se a morrer de fome silenciosamente. Nessas instituições, toda a educação é domesticada, dócil e servil diante da política e da religião dominantes; seu objetivo, por meio de prédicas constantes, é tornar o operário obediente, passivo e resignado diante de seu destino. A massa operária, naturalmente, não quer saber dessas escolas e dirige-se aos salões de leitura proletários, nos quais se discute aquilo que diretamente diz respeito às suas condições – em face dessa escolha, a burguesia, em sua auto-suficiência, pronuncia seu *dixi et salvavi*^b e afasta-se com desprezo de uma classe que prefere “as tiradas violentas de demagogos mal-intencionados a uma sólida cultura”.

Mas os operários sabem apreciar “uma sólida cultura”, desde que ela não venha trazendo de contrabando os interessados saberes da burguesia – provam-no as freqüentes conferências sobre problemas das ciências naturais, da estética e da economia, assistidas por grande público e organizadas pelas instituições proletárias, particularmente as socialistas. Várias vezes vi operários, cujos casacos de veludo de algodão estavam muito puídos, discutirem geologia, astronomia e outros temas com argumentos superiores aos de qualquer burguês culto da Alemanha. Um fato é o melhor índice do nível

^a Tratava-se de escolas noturnas para operários, que lhes forneciam noções de cultura geral e especialização técnica. As primeiras delas foram criadas em Glasgow (1824) e em Londres (1824). No início dos anos 1840, eram já mais de duzentas, situadas principalmente nas cidades industriais do Lancashire e do Yorkshire. Através do ensino que ofereciam, a burguesia formava os operários qualificados de que necessitava e ao mesmo tempo difundia as concepções ideológicas que lhe interessavam.

^b A expressão latina completa é *Dixi et salvavi animam meam* (“Disse e salvei a minha alma”).

cultural próprio alcançado pelo proletariado inglês: as modernas obras de filosofia, de política e de poesia, obras que marcam época, são lidas quase unicamente pelos operários. O burguês, amarrado às condições sociais viventes e aos seus preconceitos, sente-se amedrontado diante de tudo que representa um progresso efetivo; o operário, ao contrário, tem os olhos bem abertos para obras desse gênero e as estuda com prazer e proveito. Especialmente os socialistas, nesse domínio, contribuíram vigorosamente para a educação do proletariado, traduzindo e divulgando os materialistas franceses – Helvétius, d'Holbach, Diderot etc. – em edições a preço econômico, ao lado dos melhores autores ingleses; também circulam apenas entre os proletários a *Vida de Jesus*, de Strauss, e a *Propriedade*, de Proudhon^a. Shelley, o genial e profético Shelley, e Byron, com seu ardor sensual e sua amarga crítica à sociedade atual, contam a maioria de seus leitores entre os operários – os burgueses só recorrem a edições expurgadas, as *family editions* [edições familiares], modificadas ao gosto da hipócrita moral vigente. Os dois maiores filósofos práticos mais contemporâneos, Bentham e Godwin (especialmente este) são patrimônio quase exclusivo do proletariado – embora Bentham tenha seguidores na burguesia radical, só o proletariado e os socialistas extraíram dele elementos progressistas. Sobre essas bases, o proletariado criou uma literatura própria, constituída sobretudo por opúsculos e jornais e cujo conteúdo supera largamente a literatura burguesa – mas disso falaremos em outra ocasião.

Finalmente, uma observação: os operários fabris, em particular aqueles dos distritos onde se processa o algodão, constituem o núcleo do movimento operário. O Lancashire, especialmente Manchester, é a sede das associações operárias mais fortes, o centro do cartismo e a região onde se conta o maior número de socialistas. Quanto mais o sistema fabril penetra num ramo de trabalho, tanto mais ativamente os operários participam do movimento; quanto mais agudo se torna o contraste entre operários e capitalistas, tanto mais desenvolvida, tanto mais aguçada se torna a consciência proletária no operário. Os pequenos patrões de Birmingham também sofrem com as crises, como os operários, mas encontram-se numa incômoda posição intermediária entre o cartismo proletário e o radicalismo dos merceeiros. Mas, em geral, todos os operários da indústria estão hoje ganhos para uma ou outra forma de resistência ao capital e à burguesia

^a Referência ao opúsculo *Qu'est-ce que la propriété?* [O que é a propriedade?], de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), francês, socialista.

e são unâimes acerca de que, enquanto *working men* [homens trabalhadores] – título do qual se orgulham e vocativo utilizado usualmente nas reuniões cartistas –, constituem uma classe específica, com princípios e interesses e concepções próprios, em confronto com todos os proprietários; e, ao mesmo tempo, estão conscientes de que neles residem a força e a capacidade de desenvolvimento da nação.

O PROLETARIADO MINEIRO

O fornecimento de matérias-primas e de combustíveis a uma indústria tão colossal como a inglesa absorve um grande número de operários – mas, das matérias necessárias à indústria, com exceção da lã (que provém dos distritos agrícolas), a Inglaterra mesmo só produz minerais, metais e carvão mineral (hulha). Se a Cornualha possui ricas minas de cobre, estanho, zinco e chumbo, o Staffordshire, o norte do País de Gales e outros distritos fornecem grandes quantidades de ferro; e quase todo o norte e o oeste da Inglaterra, a Escócia central e algumas zonas da Irlanda dispõem abundantemente de carvão mineral¹.

Nas minas da Cornualha estão empregados cerca de 19 mil homens e 11 mil mulheres e crianças, parte nas galerias subterrâneas e poços, par-

¹ De acordo com o censo de 1841, o número de operários ocupados na indústria mineira da Grã-Bretanha (excluída a Irlanda) é o seguinte:

Minas de	Homens		Mulheres		TOTAL
	acima de 20 anos	abaixo de 20 anos	acima de 20 anos	abaixo de 20 anos	
Carvão	83.408	32.475	1.185	1.165	118.233
Cobre	9.866	3.428	913	1.200	15.407
Chumbo	9.427	1.932	40	20	11.419
Ferro	7.773	2.679	424	73	10.949
Estanho	4.602	1.349	68	82	6.101
Não especificadas	24.162	6.591	472	491	31.716
Total	139.238	48.454	3.102	3.031	193.825

Como nas minas de carvão e de ferro trabalham quase sempre as mesmas pessoas, parte dos trabalhadores das minas de carvão e parte considerável dos que trabalham na rubrica das minas não especificadas devem ser somadas aos ocupados nas minas de ferro.

As tentativas da nação irlandesa para superar o atual estado de degradação manifestam-se, de uma parte, em crimes que estão na ordem do dia nas regiões rurais e consistem, quase sempre, no assassinato dos inimigos mais imediatos (agentes dos proprietários fundiários ou seus dóceis servidores, intrusos protestantes, grandes arrendatários cujos domínios são formados pela união dos campos de batatas de centenas de famílias expulsas etc.), crimes muito freqüentes no sul e no oeste; de outra parte, manifestam-se na *Repeal agitation* [agitação pela revogação]^a. Depois de tudo que foi dito, é claro que os incultos irlandeses vêm necessariamente nos ingleses seus mais diretos inimigos e que, para eles, o primeiro progresso consiste na conquista da independência nacional. Mas é igualmente claro que a miséria não será eliminada pela simples revogação da união; esta apenas mostrará que as causas da miséria, que hoje aparecem como externas ao país, devem ser procuradas em seu interior. Se, todavia, a supressão da união é necessária para ajudar os irlandeses a compreender essa verdade, é uma questão que deixo aberta. Até hoje, nem o cartismo nem o socialismo tiveram grande êxito na Irlanda. Concluo neste ponto, rapidamente, minhas observações sobre a Irlanda porque a *Repeal agitation* de 1843 e o processo O'Connell contribuíram para que a Alemanha conhecesse melhor a miséria irlandesa.

Seguimos, assim, o proletariado das ilhas britânicas em todos os setores de sua atividade e verificamos, em toda parte, privação e miséria, condições de vida profundamente desumanas. Vimos como o descontentamento nasceu no seio do proletariado, como cresceu, desenvolveu-se e organizou-se. Vimos as lutas, cruentas e incruentas, do proletariado contra a burguesia. Examinamos os princípios que determinam o destino, as esperanças e os temores dos proletários e concluímos que não existem perspectivas de uma melhoria de sua situação. Aqui e ali, observamos o comportamento da burguesia em relação ao proletariado e constatamos que ela só se interessa por si mesma e persegue apenas suas próprias vantagens. Contudo, para não sermos injustos, devemos examinar agora um pouco mais de perto o seu modo de agir.

^a Após reprimir a insurreição irlandesa de 1798, o governo inglês impôs a união política da Irlanda à Inglaterra, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1801, suprimindo qualquer traço de autonomia da nação, que inclusive se viu privada de seu parlamento. O movimento pela revogação da união (*repeal of union*) ganhou grandes proporções a partir dos anos vinte do século XIX e, em 1840, fundou-se a *Repeal Association*, unindo todos os adversários da união anglo-irlandesa. O líder do movimento, Daniel O'Connell (1775-1847), foi preso em 1843, processado e condenado em janeiro de 1844 a um ano de cárcere e a 2 mil libras de multa; em setembro de 1844, a sentença foi anulada pela Câmara Alta.

A ATITUDE DA BURGUESIA EM FACE DO PROLETARIADO

Ao mencionar aqui a burguesia, nela incluo também a chamada aristocracia, porque esta aparece como tal, como detentora de privilégios, em face da burguesia, não em face do proletariado – nos representantes dessas duas categorias, aristocracia e burguesia, o proletário vê apenas o proprietário (isto é, o burguês); perante o privilégio da propriedade, todos os outros privilégios desaparecem. A diferença consiste em que o verdadeiro burguês se contrapõe ao proletariado industrial e, em parte, ao proletariado mineiro e, como arrendatário de terras, ao jornaleiro agrícola, ao passo que o aristocrata se relaciona somente com uma parte do proletariado mineiro e com os proletários do campo.

Desconheço uma classe tão profundamente imoral, tão incuravelmente corrupta, tão incapaz de avançar para além do seu medular egoísmo como a burguesia inglesa – e penso aqui na burguesia propriamente dita, em particular a liberal, empenhada na revogação das leis sobre os cereais. Para ela, o mundo (inclusive ela mesma) só existe em função do dinheiro; sua vida se reduz a conseguir dinheiro; a única felicidade de que desfruta é ganhar dinheiro rapidamente e o único sofrimento que pode experimentar é perdê-lo¹. Essa avidez, essa sede de dinheiro impede a existência de quaisquer manifestações do espírito humano que não estejam maculadas por ela. É certo que os burgueses da Inglaterra são bons maridos e pais de família, possuem aquilo a que se chamam virtudes privadas e, nas rela-

¹ Em *Past and Present* [Passado e presente] (Londres, 1843), Carlyle oferece uma excelente descrição da burguesia inglesa e da sua avidez por dinheiro, de que reproduzi partes nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* [Anais Franco-Alemães] e aos quais remeto o leitor. [Sobre os Anais Franco-Alemães, cf., *supra*, nota 1, p. 64; nesse periódico, além do "Esboço de uma crítica da Economia Política", Engels publicou ainda o texto a que aqui se refere, intitulado "A situação da Inglaterra. Passado e presente, de Thomas Carlyle (Londres, 1843)" (N.E.).]

ções cotidianas, parecem tão respeitáveis e honestos quanto todos os outros burgueses – aliás, até mesmo nos negócios, é melhor tratar com eles que com os burgueses alemães, já que não são cavigos e matreiros como os nossos comerciantes. Mas tudo isso está subordinado, em última instância, ao que sempre é decisivo: seu interesse privado e, especificamente, sua obsessão de ganhar dinheiro. Certa feita, percorri Manchester em companhia de um desses burgueses e falei-lhe da má arquitetura, da insalubridade, das condições horríveis dos bairros operários e disse-lhe que jamais vira uma cidade construída em piores condições. Ele me escutou com tranquilidade e, na esquina em que nos separamos, declarou, antes de nos despedirmos: "And yet, there is a great deal of money made here" [E, apesar disso, aqui se ganha um bom dinheiro]. Ao burguês da Inglaterra não lhe causa mossa que seus operários morram ou não de fome, desde que ganhe dinheiro. Todas as relações humanas são subordinadas ao imperativo do lucro e aquilo que não propicia ganhos é visto como algo insensato, inoportuno e irrealista. É por isso que a Economia Política, ciência que se ocupa dos meios de ganhar dinheiro, é a disciplina favorita desses traficantes – são todos economistas.

A relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana: é uma relação puramente econômica – o industrial é o "capital", o operário é o "trabalho". E quando o operário se recusa a enquadrar-se nessa abstração, quando afirma que não é apenas "trabalho", mas um homem que, entre outras faculdades, dispõe da capacidade de trabalhar, quando se convence que não deve ser comprado e vendido enquanto "trabalho" como qualquer outra mercadoria no mercado, então o burguês se assombra. Ele não pode conceber uma relação com o operário que não seja a da compra-venda; não vê no operário um homem, vê mãos (*hands*), qualificação que lhe atribui sistematicamente.

O burguês, para retomar a expressão de Carlyle, só reconhece um vínculo entre os homens: o *pagamento à vista*. Até mesmo a relação entre ele e sua mulher é, em 99% dos casos, a do *pagamento à vista*. A miserável escravidão que o dinheiro exerce sobre o burguês mostra a marca do domínio da burguesia, inclusive na linguagem: como o dinheiro passa a constituir o valor do homem, esse homem vale dez mil libras (*he is worth ten thousand pounds*), isto é, ele possui dez mil libras; quem tem dinheiro é *respeitável* (*respectable*), pertence à *melhor categoria de pessoas* (*the better sort of a people*), é *influente* (*influential*) e seus atos são apreciados em seu meio. O espírito mercantil penetra toda a linguagem, todas as relações vêm designadas por expressões

comerciais e explicadas mediante categorias econômicas. Encomenda e fornecimento, demanda e oferta são fórmulas com base nas quais a lógica do inglês ajuiza toda a vida humana. Eis o que permite compreender o respeito universal pela livre concorrência e o regime do *laissez-faire* e *laissez-aller*^a na administração, na medicina, na educação e em breve, muito provavelmente, também na religião, onde a supremacia da Igreja estatal perde terreno progressivamente. À livre concorrência repugnam quaisquer limites, quaisquer controles estatais; o Estado aparece-lhe como um estorvo: seu ideal seria operar numa ordem social privada de Estado, na qual cada um pudesse explorar livremente o próximo, como, por exemplo, na "Associação" do nosso amigo Stirner^b. Mas como não pode dispensar o Estado, já que não teria como conter o proletariado sem ele, a burguesia utiliza-o contra a classe operária, ao mesmo tempo em que procura, na medida do possível, afastá-lo de seus próprios negócios.

Não se creia, porém, que o inglês "culto" expresse tão cruentamente seu egoísmo. Ao contrário, ele o dissimula com a mais vil das hipocrisias. Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornado pária nesta sociedade – a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que *comece por mendigar o perdão da burguesia antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na fronte, o estigma da humilhação!* Não nos alonguemos – passemos a palavra à própria burguesia inglesa; há pouco menos de um ano li, no *Manchester Guardian*, a seguinte carta, enviada ao diretor e publicada sem nenhum comentário, como se fosse a coisa mais natural e razoável do mundo:

^a Em francês, no original: "deixar fazer e deixar andar", mote sintetizadores dos princípios da Economia Política liberal, fundados no livre-cambismo e na não-intervenção do Estado na economia.

^b Cf., *supra*, nota a, p. 68.

Senhor diretor: já há algum tempo, nas ruas principais da nossa cidade se encontra uma multidão de mendigos que, ou vestindo farrapos e aparentando aspecto doentio ou expondo chagas e deformações repugnantes, procuram despertar a compaixão dos transeuntes de um modo desagradável e até indecoroso. Penso que, não só quando se paga o imposto para os pobres, mas ainda quando se contribui generosamente para as instituições de beneficência, tem-se o suficiente direito de ser poupadão de cenas tão molestas e impertinentes. E mais: indaga-se para que serve o pesado imposto pago para manter a polícia municipal, se ela não garante o direito do público de caminhar pela cidade sem ser perturbado. Na esperança de que a publicação destas linhas em seu jornal, que atinge um grande número de leitores, incite os poderes públicos a eliminar esse inconveniente (*nuisance*), subscreve, respeitosamente,

Uma senhora.^a

Eis como estão as coisas! A burguesia inglesa pratica calculadamente a beneficência, não faz nenhuma doação, considera suas contribuições atos comerciais; faz um negócio com os pobres e declara: *Investindo em instituições benficiaentes, compro o direito de não ser importunada e tratem vocês de permanecer em suas tocas escuras para não ferir meus nervos delicados com o espetáculo de sua miséria! Continuem desesperados, mas desesperem-se discretamente – esse é o nosso contrato, que me custa as vinte libras que ofereço para o asilo.* Ah, a infame filantropia de um burguês cristão! E quem escreve a carta é “uma senhora”, isso mesmo, uma senhora que faz bem em já não se apresentar como *mulher*. E se as “senhoras” são assim, como serão os “senhores”? E não se trata de um caso isolado: essa carta exprime claramente a atitude da grande maioria da burguesia inglesa – se não fosse assim, o jornal não a publicaria ou a publicaria com alguma observação (que, como pude verificar, não apareceu em nenhuma das edições seguintes). E, no que diz respeito à eficácia da beneficência, o próprio Parkinson, prelado de Manchester, afirma que os pobres são mais ajudados pelos pobres que pela burguesia^b; e a ajuda oferecida por um bravo proletário, que sabe por experiência pessoal o que é a fome e divide o pouco que tem sacrificando-se com alegria, essa ajuda possui um significado totalmente diverso da esmola que o burguês crapuloso deixa cair sobre o pobre.

Também em outros campos a burguesia simula um ilimitado humanitarismo, mas somente quando seu interesse o exige – por exemplo, em sua

^a Engels não citou a edição do jornal em que foi divulgada essa carta; as pesquisas feitas na coleção do periódico não a localizaram, mas encontraram uma, subscrita por *Uma mulher que sofre*, vazada em termos muito semelhantes e publicada na edição de 20 de dezembro de 1843.

^b Cf., *supra*, p. 163.

política e em sua ciência econômica. Há cinco anos, ela se empenha em demonstrar ao proletariado que luta pela abolição das leis sobre os cereais em benefício dos operários. A verdade nua e crua é outra: as leis sobre os cereais, mantendo o preço do pão mais alto na Inglaterra que nos outros países, exigem salários mais elevados e, com isso, tornam mais difícil para os industriais concorrer com os fabricantes dos países onde o pão é mais barato e, por consequência, os salários são mais baixos; abolindo aquelas leis, o pão baixará de preço e a burguesia inglesa poderá reduzir os salários ao mesmo nível dos países europeus concorrentes, como sabem os que conhecem os princípios (que já expusemos antes) que regulam o salário. Assim, os industriais enfrentarão melhor a concorrência, a demanda de mercadorias inglesas crescerá e, igualmente, a demanda de operários; e é verdade que, em função desta última, por um momento os salários aumentarão e operários desocupados encontrarão emprego – mas por quanto tempo? A “população supérflua” da Inglaterra, e particularmente a da Irlanda, é mais do que suficiente para oferecer trabalhadores à sua indústria, mesmo que esta duplique suas atuais dimensões; em poucos anos, as pequenas vantagens obtidas com a abolição das leis sobre os cereais terão desaparecido, novas crises ocorrerão e estaremos de novo no ponto de partida, com a população aumentada pelo crescimento industrial. Os operários compreenderam perfeitamente tudo isso e por incontáveis vezes o manifestaram à burguesia. Mas essa espécie de gente, que só vê as vantagens *imediatas* que pode obter com a abolição das leis sobre os cereais, que é obtusa a ponto de não perceber que essa abolição não lhe assegura nenhuma vantagem *duradoura* (uma vez que, dada a concorrência mútua, logo os lucros individuais cairão ao nível anterior), essa gente continua a vociferar nos ouvidos dos trabalhadores que sua luta é conduzida em prol dos operários, continua a proclamar que é em defesa dos milhões de esfaimados que os ricos do partido liberal põem na caixa da *Liga contra as Leis dos Cereais* centenas e milhares de libras – quando todos sabem que eles só põem um tostão para receber dez e que esperam reaver as atuais despesas, decuplicadas ou centuplicadas, nos primeiros anos que se seguirem à abolição daquelas leis.

Mas os operários, sobretudo depois da insurreição de 1842, já não se deixam mais embair pela burguesia. Exigem de todo aquele que afirme preocupar-se com seu bem-estar que se declare, como aval de sua sinceridade, partidário da *Carta do Povo*, uma vez que, na *Carta*, apenas reivindicam o poder para ajudarem a si mesmos; a quem não faz essa declaração, os operários declaram guerra, quer se trate de um inimigo confesso, quer se trate de um

falso amigo. E, de resto, para atrair os operários para sua causa, a *Liga contra as Leis dos Cereais* recorreu às mentiras mais grosseiras e aos estratagemas mais sórdidos. Quis fazê-los acreditar que o preço do trabalho está na razão inversa do preço do trigo: se este é alto, os salários são baixos e vice-versa – e sustentou essa tese, mais risível que qualquer outra afirmação dos economistas, com os argumentos mais ridículos. Quando se tornou clara a inutilidade da argumentação, ela prometeu mundos e fundos aos trabalhadores a partir de uma provável ampliação do mercado de trabalho e teve o despudor de fazer desfilar pelas ruas um cortejo com dois simulacros de pães – sobre o maior, lia-se: *pão americano de oito pence, salário diário de quatro shillings*; sobre o outro, muito menor, lia-se: *pão inglês de oito pence, salário diário de dois shillings*. Os operários, porém, não se deixaram iludir. Eles conhecem muito bem seus patrões.

Para compreender suficientemente toda a hipocrisia dessas belas promessas, basta observar a realidade. Ao longo de nossa investigação, vimos como a burguesia explora, em seu benefício e de todos os modos possíveis, o proletariado. Contudo, até agora só vimos o proletariado ser objeto de maus-tratos por burgueses tomados individualmente; cabe, portanto, examinar as relações através das quais a burguesia se confronta com o proletariado como partido e como poder estatal.

Em primeiro lugar, é evidente que o conjunto da legislação tem o objetivo de proteger os proprietários contra os despossuídos. As leis são necessárias exatamente porque existem os despossuídos e, mesmo que poucas leis o expressem diretamente – como, por exemplo, aquelas contra a vadiagem e aquelas que punem a falta de residência fixa, pelas quais o proletariado como tal é declarado fora-da-lei –, a hostilidade em face do proletariado está na base do ordenamento jurídico. E isto se demonstra quando os juízes, especialmente os juízes de paz, eles mesmos burgueses e com os quais o proletariado se relaciona com mais freqüência, interpretam nesse sentido hostil, e sem vacilações, o espírito das leis. Quando um rico vai a tribunal, ou melhor, é convidado a ir a um tribunal, o juiz começa por lamentar os incômodos que está lhe causando, esforça-se por julgar o caso a seu favor e, se é obrigado a condená-lo, de novo lamenta-se infinitamente etc., e o resultado não passa de uma mera multa pecuniária, que o burguês paga, com enorme desprezo, colocando o dinheiro sobre a mesa antes de se retirar. Mas se é um pobre diabo a comparecer diante do juiz de paz, certamente ele já passou a noite anterior na cadeia com um punhado de outros detidos, é considerado *a priori* um elemento perigoso e culpado, é severamente in-

terpelado pelo juiz e sua defesa é desqualificada com um desdenhoso: *Já ouvimos essa história antes!* e se lhe impõe uma multa pecuniária que se sabe que ele não pode pagar e, portanto, que deve resgatar através de meses de trabalho forçado; e mesmo quando não se consegue provar sua culpabilidade, vai parar de qualquer jeito na penitenciária como *a rogue and a vagabond [um mendigo e um vagabundo]* – essas palavras estão quase sempre associadas. A parcialidade dos juízes de paz, particularmente no campo, supera a imaginação e é tão usual que os jornais noticiam os casos menos clamorosos sem qualquer comentário. E não se poderia esperar algo diferente: de um lado, esses *Dogberries*^a não fazem mais que interpretar a lei em seu espírito e, de outro, são eles mesmos burgueses, que vêm no interesse de sua classe o fundamento da verdadeira ordem social. E, tal como os juízes de paz, comporta-se a polícia. O burguês pode fazer o que quiser: diante dele, o policial é sempre cortês e atém-se estritamente à lei; o proletário, em compensação, é tratado com violência e brutalidade, sua pobreza atrai sobre ele a *suspeição* acerca de todos os delitos imagináveis e, ao mesmo tempo, torna-lhe inacessíveis os recursos legais contra o arbítrio dos que detêm o poder. Para o proletário não existem as garantias protetoras da lei; a polícia entra em sua casa sem nenhum mandado, prende-o e maltrata-o – e só quando uma associação operária, como foi o caso dos mineiros, contrata um Roberts, só então se torna claro quão minimamente a proteção da lei existe para o proletariado e quantas vezes ele deve suportar todo o seu peso, sem gozar de nenhuma de suas garantias.

Até os dias atuais, a classe proprietária combate no Parlamento, para agravar ainda mais a opressão sobre o proletariado, os melhores sentimentos daqueles que ainda não se tornaram absolutamente egoístas. Gleba a gleba, as terras comunais vêm sendo apropriadas para cultivos privados, sem dúvida com vantagens para a agricultura, mas com grandes prejuízos para os trabalhadores: onde existem terras comunais, o proletário pode criar um burro, um porco ou alguns patos, as crianças e os jovens podem desfrutar de um espaço aberto e arejado para seus jogos; mas tudo isso está se tornando inviável, diminuem as alternativas dos proletários e a juventude, privada de seu espaço, acaba freqüentando as tabernas – a cada sessão legislativa do Parlamento, aprova-se um grande número de decretos que destinam terras comunais a cultivos privados. Quando, durante a sessão de 1844, o governo finalmente decidiu obrigar a todas as empresas

^a Cf., supra, nota b, p. 287.

ferroviárias, que monopolizam os transportes, a permitir que os operários viajassem pagando uma passagem ao seu alcance (um *penny* por milha, equivalente, para os alemães, a cinco *groschen* de prata por milha alemã), propondo que colocassem diariamente a seu serviço um vagão de terceira classe, o bispo de Londres, *digníssimo reverendo de Deus*, sugeriu que nada disso tivesse vigência aos domingos, único dia em que os operários ocupados *podem* viajar – em suma, sugeriu que viagens fossem possíveis apenas para os ricos. A desfaçatez da sugestão era clamorosa, tão descarada que não foi levada adiante^a. Falta-me espaço para enumerar todos os golpes intentados contra o proletariado numa única sessão legislativa. Mas citarei ainda mais um, dessa mesma sessão de 1844. Um obscuro membro do Parlamento, um certo senhor Miles, apresentou um projeto de lei para regulamentar as relações entre patrões e empregados que parecia anódino; o governo interessou-se pelo projeto, que foi remetido a uma comissão. No entretanto, eclodiu a greve dos mineiros do norte e Roberts fez seu giro triunfal pela Inglaterra, com seus operários absolvidos. Quando o projeto saiu das mãos da comissão, viu-se que recebera alguns acréscimos extremamente despóticos, em particular uma cláusula que conferia ao patrão o poder de levar ante qualquer (*any*) juiz todo operário que, havendo se comprometido com ele, por escrito ou oralmente, a realizar um trabalho, inclusive uma simples prestação ocasional, tenha se recusado a executá-lo ou tenha tido *qualquer outro procedimento inconveniente (misbehaviour)*; mais: com base em declaração, sob juramento, do queixoso ou de qualquer preposto seu, isto é, a partir da palavra do próprio queixoso, o operário poderia ser condenado ao cárcere ou a até dois meses de trabalhos forçados. Esse projeto de lei suscitou uma enorme indignação entre os operários, especialmente porque, ao mesmo tempo, era apresentado ao Parlamento o projeto de lei da jornada de dez horas, que dava lugar a uma generalizada agitação. Realizaram-se centenas de assembléias operárias e centenas de petições foram enviadas a Londres, remetidas ao defensor dos operários no Parlamento, Thomas Duncombe^b. Este – além de Ferrand, representante da *Jovem Inglaterra*^c – foi o único a posicionar-se energicamente contra

^a A sugestão foi feita, em nome do bispo de Londres, num discurso do bispo de Lichfield, de acordo com o *Weekly Dispatch*, edição de 4 de agosto de 1844.

^b Cf., *supra*, p. 61 e *infra* p. 364.

^c Sobre a *Jovem Inglaterra*, cf., *infra*, nota 3, p. 324. William Bushfield Ferrand, proprietário fundiário, *tory*.

o projeto, mas os outros radicais, percebendo a repulsa popular diante da proposta, foram obrigados a definir-se e, aos poucos, cerraram fileiras com Duncombe; como a burguesia liberal, pressionada pelo clamor dos operários, não teve coragem de defender o projeto, e ninguém publicamente o endossasse, ele foi estrondosamente derrotado.

Mas não há nenhuma dúvida de que a aberta declaração de guerra da burguesia contra o proletariado é a *teoria malthusiana da população*, assim como a *nova lei sobre os pobres*, que diretamente nela se inspira^a. Já nos referimos à teoria de Malthus; num breve resumo, esta é sua conclusão fundamental: a Terra está superpovoada e, pois, são inevitáveis a carência, a miséria, a indigência e a degradação moral; faz parte do eterno destino da humanidade o excesso de homens e, por isso, eles devem estar divididos em classes diferentes, umas mais ou menos ricas, cultas, morais e outras, mais ou menos pobres, miseráveis, ignorantes e imorais. Do ponto de vista prático – e é o próprio Malthus que extrai esta consequência –, a beneficência e as associações assistenciais são um contra-senso, uma vez que apenas servem para manter viva a população excedente e estimular seu crescimento que, por outra parte, força para baixo o salário dos trabalhadores ao aumentar a concorrência entre eles; também é insensato que a assistência pública ofereça trabalho aos pobres porque, como só se pode consumir uma determinada quantidade de produtos do trabalho, cada desocupado a quem a assistência pública garante um emprego põe no desemprego um outro até agora ocupado e, por isso também, a indústria privada é prejudicada em relação àquela gerida pela administração da assistência. Em síntese, a questão não está em providenciar a sobrevivência da população excedente: está em limitá-la, de um modo ou de outro, o mais possível. Malthus afirma secamente que o direito, até hoje reconhecido, de todo homem subsistir por seus próprios meios é um absurdo puro e simples. Recorre às palavras de um poeta: o pobre vem à mesa festiva da natureza e não encontra nela o seu lugar e, acrescenta ele, a natureza ordena-lhe que se retire (*she bids him to be gone*) porque, “antes de nascer, não perguntou à sociedade se ela o queria”. Atualmente, essa é a teoria predileta de todos os verdadeiros burgueses da Inglaterra, o que é perfeitamente compreensível: de um lado, garante-lhes um sono tranquilo e, de outro, dadas as condições vigentes, contém muito de verdade. Não se trataria mais, portanto, de empregar produtivamente a “população excedente”, de transformá-la em população *utilizável*; tratar-se-ia de matá-la

^a Cf., *supra*, nota a, p. 61.

de fome, da maneira mais suave possível, e ao mesmo tempo de impedir que ponha no mundo muitas crianças – o que não seria difícil, se a população excedente se reconhecesse como tal e aceitasse docemente a morte pela fome. Contudo, e apesar de todos os esforços da burguesia humanitária, não parece que atualmente os operários estejam dispostos a se convencer de tudo isso. Ao contrário, os proletários têm claro que são, com suas mãos operosas, homens necessários e que, na realidade, os verdadeiramente supérfluos são os ricos senhores capitalistas, que nada produzem.

Todavia, como os ricos ainda detêm o poder, os proletários são obrigados a admitir (ainda que não o queiram aceitar de boa vontade) que a lei efetivamente os declara supérfluos – essa é a realidadeposta pela nova lei sobre os pobres. A velha lei, baseada num decreto do ano de 1601, *43rd of Elizabeth*^a, ainda partia ingenuamente do princípio segundo o qual a comunidade tinha o dever de garantir a manutenção dos pobres; quem não dispunha de trabalho recebia um subsídio e, com o tempo, o pobre convenceu-se de que a comunidade tinha o dever de protegê-lo da fome. Ele passou a receber seu auxílio semanal como um direito e não como uma dádiva, o que, ao fim, tornou-se intolerável aos olhos da burguesia. Em 1833 – quando mal chegara ao poder através da reforma^b e quando, simultaneamente, a miséria das regiões rurais atingia o clímax –, a burguesia meteu rapidamente mãos à obra para reformar, segundo seus próprios princípios, a lei sobre os pobres. Nomeou-se uma comissão que investigou a administração dos fundos alocados à lei dos pobres e descobriram-se abusos. Constatou-se que todos os trabalhadores que viviam no campo eram paupérrimos e dependiam, total ou parcialmente, da Caixa dos Pobres, que, quando os salários baixavam, oferecia-lhes um suplemento; verificou-se que esse sistema, articulado para garantir a sobrevivência dos desempregados, garantia um subsídio a quem era mal pago e tinha prole numerosa, obrigava o pai de filhos ilegítimos a dar-lhes uma pensão alimentar; reafirmou-se também o reconhecimento de que a miséria deveria ser sotocida; no entanto, definiu-se que esse sistema arruinava o país,

que era um obstáculo à indústria, uma recompensa às uniões ilícitas, um estímulo ao aumento da população e que eliminava os efeitos do crescimento da população sobre os salários; que era uma instituição nacional tendente a desencorajar os homens diligentes e honestos e a proteger os indolentes, os viciados e os irresponsáveis; que destruía os vínculos familiares, obstaculizan-

zava sistematicamente a acumulação de capitais, dilapidava os capitais existentes e explorava os contribuintes; e, ademais, com as pensões alimentares, oferecia um prêmio a quem tivesse filhos ilegítimos (palavras do relatório dos comissários da lei dos pobres).²

No geral, esse quadro dos efeitos da antiga lei sobre os pobres é correto; a assistência favorece a preguiça e o aumento da população “supérflua”. Nas atuais condições sociais, é claro que o pobre é constrangido a ser egoísta e, se é livre para escolher entre viver de uma maneira ou de outra, prefere viver sem fazer nada. Mas a única conclusão adequada a ser extraída daqui é que as relações sociais vigentes não valem nada; os comissários malthusianos, porém, chegaram a outra conclusão: a pobreza é como um crime, que deve ser tratado à base da intimidação.

E esses sábios malthusianos estavam tão firmemente convencidos da infalibilidade de sua teoria que nem por um instante vacilaram em prender os pobres no leito de Prousto das suas opiniões e em tratá-los com o mais revoltante dos rigores. Persuadidos, como Malthus e outros defensores da livre concorrência, de que o ideal é que cada um cuide de si mesmo, aplicando-se consequentemente o *laissez-faire*, eles gostariam de revogar, pura e simplesmente, as leis sobre os pobres. Contudo, carentes da coragem e da autoridade necessárias para tanto, propuseram uma nova lei tão malthusiana quanto possível, mas ainda mais bárbara que o *laissez-faire* – porque, se este é meramente passivo, a nova legislação é ativamente interventora. Observamos que Malthus faz da pobreza, ou mais exatamente do desemprego que se manifesta nos “excedentes”, um crime que a sociedade deve punir com a morte pela fome; é claro que os comissários não são desumanos a esse ponto: a crua, direta morte pela fome é algo horroroso até mesmo para os membros da Comissão da lei sobre os pobres. Eis por que sua прédica é outra: *Vocês, os pobres, têm o direito de existir, mas apenas de existir; não têm o direito de procriar, assim como não têm o direito de existir em condições humanas. Vocês constituem uma praga e, se não podemos eliminá-los como às outras pragas, devem sentir-se como tal, devem saber que serão controlados e impedidos de criar novos supérfluos, seja diretamente, seja induzindo-os à preguiça e ao desemprego. Vocês vão viver, mas apenas como exemplo para advertir a todo aquele que possa vir a ter ocasião de tornar-se supérfluo.*

^a Em inglês, no original: “43º ano do reinado de Elizabeth”.

^b Cf., *supra*, nota a, p. 60.

Propuseram então a nova lei dos pobres, aprovada pelo Parlamento em 1834 e atualmente em vigor. Todos os subsídios, em dinheiro ou *in natura*, foram suprimidos; a única assistência resumiu-se ao acolhimento nas casas de trabalho (*workhouses*)^a, imediatamente expandidas por todos os lados. A organização dessas casas – que o povo designa como as bastilhas da lei sobre os pobres (*poor-law bastiles*) – é tal que dissuade qualquer um que pretenda sobreviver apelando para essa forma de assistência. Com o objetivo de que o recurso à Caixa dos Pobres só seja feito em último caso e de que os esforços de cada indivíduo sejam levados ao extremo antes de procurá-la, a casa de trabalho foi pensada para constituir o espaço mais repugnante que o talento refinado de um malthusiano pôde conceber. A alimentação é pior que a de um operário mal pago, enquanto o trabalho é mais penoso – caso contrário, os desempregados prefeririam a estada na casa à miserável existência fora dela. Quase nunca há carne, carne fresca nunca, geralmente se oferecem batatas, pão da pior qualidade e mingau de aveia (*porridge*), pouca ou nenhuma cerveja. Em geral, a comida das prisões é menos ruim, e é por isso que, com freqüência, os internados das casas de trabalho intencionalmente cometem um delito para serem presos. De fato, as casas de trabalho são prisões: quem não realiza sua cota de trabalho, não recebe alimentação; quem quiser sair depende da permissão do diretor, que pode negá-la pela conduta do internado ou com base em seu juízo arbitrário; o tabaco está proibido, assim como a recepção de doações de parentes e amigos externos à casa; os internados são obrigados a usar uniforme e não dispõem de nenhuma proteção em face do arbítrio do diretor. Para que não se faça concorrência à indústria privada, os trabalhos realizados nas casas são especialmente inúteis: os homens quebram pedras, “tantas quanto um homem robusto pode quebrar num exaustivo dia de trabalho”; as mulheres, as crianças e os velhos desfiam cordames de navio, já não me lembro com que objetivo insignificante. A fim de que os “supérfluos” não se multipliquem, ou que os pais “moralmente degradados” não influam sobre seus filhos, as famílias são separadas: o homem vai para uma ala, a mulher para outra e os filhos para uma terceira, de modo que só se possam encontrar em períodos determinados e raramente – e, mesmo assim, se se comportarem bem, segundo o juízo dos funcionários. E, para isolar completamente do mundo externo os germes contagiosos da pobreza extrema trancados nessas bastilhas, os internados só podem receber visitas no parlatório, sob a vigilância dos fun-

cionários e, de modo geral, não podem se corresponder com o exterior sem sua autorização ou sua censura.

Contrariando tudo isso, porém, a letra da lei determina uma alimentação sadia e um tratamento humano. Mas o espírito da lei é muito claro para desfazer equívocos quanto ao modo de sua execução. Os comissários da lei sobre os pobres e toda a burguesia inglesa se iludem quando supõem que se pode pôr em prática um princípio independentemente das consequências que ele implica. O tratamento que a nova lei prescreve, na sua letra, contrasta abertamente com o espírito que a informa; se, em substância, a lei declara que os pobres são delinqüentes, que as casas de trabalho são cárceres punitivos, que seus internados são foras-da-lei, objetos repugnantes postos fora da humanidade, não se pode aplicá-la de outra maneira. Na prática, portanto, o tratamento reservado aos pobres nas casas de trabalho obedece, não à letra, mas ao espírito da lei. Vejamos alguns exemplos.

Na casa de trabalho de Greenwich, no verão de 1843, um menino de cinco anos teve por punição ficar trancado por três dias na câmara mortuária, onde teve de dormir sobre tampas de caixões^a. Esse tipo de castigo parece comum: foi aplicado a uma menina que urinava na cama durante a noite^b, na casa de trabalho de Herne; essa casa, situada numa das mais belas regiões do Kent, distingue-se das outras porque todas as suas janelas se abrem para o interior, para os pátios, e apenas duas, abertas recentemente, permitem aos internados vislumbrar o mundo externo. O escritor que, no *Illuminated Magazine*, relatou essa particularidade, concluiu assim sua descrição dessa casa: “Se Deus pune os homens por seus crimes da mesma maneira como os homens punem a pobreza, então os filhos de Adão são desgraçados!”^c.

Em novembro de 1843 morreu, em Leicester, um homem que, dois dias antes, fora despedido da casa de trabalho de Conventry. Os pormenores do tratamento aí dispensado aos internos são espantosos. O homem, George Robson, trazia no ombro uma ferida que não fora tratada; seu trabalho era junto de uma bomba, que ele tinha de acionar com o braço sadio; davam-lhe somente a comida da casa, que ele não podia digerir por causa da fraqueza

^a O fato foi noticiado pelo *Northern Star*, edição de 8 de julho de 1843.

^b Noticiado pela imprensa um pouco antes que o caso anterior (*Weekly Dispatch*, de 31 de março de 1844 e *Northern Star*, de 6 de abril de 1844), este obrigou as autoridades a abrir uma investigação.

^c O autor do texto publicado em maio-outubro de 1844 por *The Illuminated Magazine* parece ter sido Douglas Jenold.

^a Cf., *supra*, nota a, p. 61.

geral provocada pela ferida no ombro; inevitavelmente, ele se enfraquecia cada vez mais e, quanto mais se lamentava, com mais brutalidade o tratavam; sua mulher, também interna da casa, levou-lhe um dia sua pequena ração de cerveja, foi insultada e obrigada pela vigilante a bebê-la; o homem adoeceu, mas nem por isso recebeu outros cuidados; finalmente, a seu pedido, foi autorizado a sair da casa, com a mulher, sendo ambos grosseiramente ofendidos; faleceu dois dias depois, em Leicester; segundo o médico que fez a autópsia, morreu porque a ferida no ombro não fora tratada e porque a alimentação que recebia era impossível de digerir em seu estado; quando o deixaram sair, entregaram-lhe cartas que lhe tinham sido enviadas contendo dinheiro, mas que, abertas pelo diretor, ficaram retidas por seis semanas, de acordo com o regulamento da casa^a!

Na casa de trabalho de Birmingham ocorreram coisas tão escabrosas que, em dezembro de 1843, foi enviado para lá um funcionário encarregado de fazer um inquérito. Verificou que quatro *trampers* (já vimos o significado da palavra^b) tinham sido trancados, nus, num canil (*black hole*) sob as escadas e aí mantidos por oito ou dez dias, esfaimados – e isso no período mais frio do ano. Encontrou um rapaz que passara por todos os estágios de castigos: primeiro num diminuto cômodo úmido, depois por duas vezes no canil sob as escadas (na segunda vez, por três dias e três noites), em seguida no canil velho (ainda pior que o outro) e enfim no “quarto dos *trampers*” – uma toca imunda e fétida, com estrados como camas, e onde o funcionário encontrou dois rapazolas em farrapos, abraçados para espantar o frio, e que estavam ali havia quatro dias. Freqüentemente aprisionavam no canil até sete *trampers* e, no “quarto dos *trampers*”, até vinte deles. Até mesmo as mulheres eram trancadas no canil como castigo por não irem à igreja, e uma delas ficara no “quarto dos *trampers*” sabe Deus em que companhia – e isso estando doente e precisando de cuidados! O castigo para uma outra mulher, sadia mentalmente, foi enviá-la para um asilo de loucos^c.

Na casa de trabalho de Bacton, no Suffolk, inquérito análogo foi realizado em janeiro de 1844; descobriu-se que contrataram como enfermeira uma débil mental que, nos cuidados com os doentes, praticava toda a sorte de extravagâncias; os doentes mais agitados eram amarrados à noite, com cor-

^a Noticiado pelo *Northern Star*, edição de 25 de novembro de 1843.

^b Cf., supra, a p. 250.

^c Dados do *Northern Star*, edições de 9, 16 e 23 de dezembro de 1843.

das nos leitos, para poupar aos enfermeiros a vigília noturna – um doente foi encontrado morto nessas condições, sob as cordas^a.

Na casa de trabalho de St. Pancras, em Londres, onde se confeccionam camisas baratas, morreu em seu leito um epilético, asfixiado durante uma crise, sem que ninguém viesse lhe prestar ajuda. Nessa mesma casa, é comum que durmam na mesma cama quatro, seis e até oito crianças^b.

Na casa de trabalho de Shoreditch, em Londres, forçaram um homem a dormir na mesma cama em que se debatia um outro, vitimado por violenta febre – e a cama estava tomada por insetos.

Também em Londres, na casa de trabalho de Bethnal Green, uma mulher então grávida de seis meses ficou trancada, com um filho de menos de dois anos, na sala de recepção de 28 de fevereiro a 20 de março de 1844, sem ser acolhida formalmente no estabelecimento; na sala não havia cama nem instalações para as necessidades fisiológicas; o marido foi trazido ao local e, quando pediu que liberassem a mulher, considerou-se uma insolência seu pedido e ele foi punido com 24 horas de prisão a pão e água.

Em setembro de 1844, na casa de trabalho de Slough, perto de Windsor, um homem agonizava; sua mulher viajou para visitá-lo, chegou à meia-noite e não deixaram que o visse; só na manhã seguinte obteve a permissão para vê-lo, nunca por mais de meia hora e sempre sob a vigilância de uma funcionária, que assistiu a todas as visitas e jamais permitiu que a mulher, importunada todas as vezes, as prolongasse para além dos trinta minutos^c.

Na casa de trabalho de Middleton, no Lancashire, havia doze e, por vezes, até dezoito pobres de ambos os sexos dormindo no mesmo cômodo. Essa instituição não é regida pela nova lei sobre os pobres, mas por uma legislação anterior e excepcional, o *Gilbert's Act*^d. O diretor, por sua conta, instalara ali uma fábrica de cerveja.

Em Stockport, no dia 31 de julho de 1844, um velho de 72 anos foi posto para fora da casa de trabalho e levado ao juiz de paz porque se recusara a quebrar pedras; argumentou que assim agira por causa da idade e das

^a Notícia do *Northern Star*, edição de 10 de fevereiro de 1844.

^b Informes do *Northern Star*, edição de 24 de fevereiro de 1844.

^c Informação do *Northern Star*, edições de 30 de março e 28 de setembro de 1844.

^d Essa lei, de 1782, autorizava aos notáveis de uma paróquia, desde que com o aval de dois terços dos que pagavam impostos, constituir uma comissão de tutela encarregada das questões da assistência. Em 1834 havia cerca de 67 comissões deste tipo, só abolidas depois de 1870.

articulações enrijecidas, mas dispunha-se a realizar qualquer trabalho de acordo com suas possibilidades físicas; foi em vão: condenaram-no a duas semanas de trabalhos forçados na penitenciária.

Na casa de trabalho de Basford, durante uma inspeção em fevereiro de 1844, um funcionário constatou que os lençóis das camas não eram trocados havia 13 semanas; dentre as roupas usadas, as camisas não se trocavam senão a cada 4 semanas e as meias, entre 2 e 10 meses – tanto que, dos 45 garotos internados, só 3 ainda tinham meias; as camisas estavam em farrapos. As camas estavam tomadas por insetos e pratos e talheres eram lavados nos vasos sanitários^a.

Na Casa dos Pobres do oeste de Londres havia um porteiro sifilítico que contagiou quatro jovens, sem que por isso tenha vindo a ser demitido. Um outro levava uma jovem surda-muda para seu quarto, mantivera-a ali por quatro dias e dormira com ela – também não foi despedido.

Assim na morte como na vida: os pobres são enterrados do modo mais desrespeitoso, como animais abandonados. O cemitério dos pobres de St. Bride, em Londres, é um lodaçal sem árvores utilizado como campo-santo desde os tempos de Carlos II e cheio de montes de ossadas. Todas as quartas-feiras, os cadáveres de pobres são lançados numa fossa de catorze pés de profundidade, o pastor declama rapidamente sua litania e a fossa recebe uma camada de terra; na semana seguinte, repete-se a operação – e assim até que a fossa esteja cheia. O mau cheiro da putrefação empesteia toda a vizinhança. Em Manchester, o cemitério dos pobres, na cidade velha, fica defronte ao Irk e também é um terreno desolado e acidentado. Há dois anos, construiu-se uma ferrovia que o atravessa; se fosse um cemitério respeitável, o sacrilégio arrancaria gritos de protesto da burguesia e dos clérigos – mas não, é um cemitério de pobres, ali repousam indigentes e supérfluos e não há escrúpulos diante deles. Nem sequer se deram ao trabalho de transferir para outra parte do cemitério os cadáveres ainda em putrefação; simplesmente executaram o traçado, escavou-se o que era necessário, enfiaram-se estacas em tumbas recentes, enquanto a água da terra pantanosa, saturada de podridões, afluía à superfície e espalhava gases nauseabundos. Não descreverei detalhadamente a repugnante brutalidade do que ocorreu ali.

Dadas essas condições, quem se espantaria ao saber que os pobres recusam a beneficência pública, ao saber que preferem morrer de fome a internar-se nessas bastilhas? Conheço cinco casos de pessoas que realmente

morreram de fome e que, poucos dias antes de falecerem, quando a administração da assistência pública se recusou a socorrê-las fora das casas de trabalho, preferiram permanecer na indigência a ingressar naquele inferno. Nesse sentido, os comissários da lei sobre os pobres alcançaram plenamente seus objetivos. Mas, ao mesmo tempo, as casas de trabalho serviram para acentuar, mais que qualquer outra medida do partido que detém o poder, o ressentimento da classe operária contra os proprietários que, em sua grande maioria, exaltam a nova lei. De Newcastle a Dover, é *unânime* o repúdio dos operários a essa lei. Através dela, a burguesia expressou tão nitidamente como concebe sua posição em face do proletariado que até os mais estúpidos ficaram esclarecidos: nunca se afirmou com tanta sinceridade, com tanta franqueza, que os que nada possuem só existem para ser explorados pelos proprietários e para morrer de fome quando estes já não mais puderem utilizá-los. E também por isso, a nova lei sobre os pobres contribuiu vigorosamente para acelerar o desenvolvimento do movimento operário, em particular a difusão do cartismo e, porque aplicada sobretudo no campo, favorece os progressos do movimento proletário que está surgindo nos distritos rurais.

Acrescentemos, finalmente, que também na Irlanda existe, desde 1838, uma lei análoga sobre os pobres, que oferece as mesmas condições de internação a 80 mil indigentes. Ela é extremamente impopular e seria talvez mais odiada se tivesse assumido a importância que tem na Inglaterra a sua similar. Mas o que significam maus tratos a 80 mil proletários num país onde eles são 3,5 milhões! Na Escócia, salvo exceções de âmbito local, não existe tal legislação^a.

Depois dessas ilustrações acerca da nova lei sobre os pobres e de seus efeitos, espero que não se julguem duras as qualificações que usei em relação à burguesia inglesa. Nessa medida de caráter público, na qual se expressa *in corpore*^b, como poder, ela manifesta seus objetivos e suas intenções em face do proletariado e contra os quais aparentemente protestam apenas indivíduos isolados. Com efeito, um após o outro, os debates parlamentares de 1844 demonstram que a medida não partiu de uma fração da burguesia, mas que, ao contrário, ela recebeu seu aplauso como classe. O partido liberal elaborou a nova lei sobre os pobres; o partido conservador, com o ministro Peel à frente, defendeu-a com as irrelevantes modificações introduzidas no *Poor Law*

^a Cf., supra, nota a, p. 128.

^b Em latim, no original: "como corpo" [político].

* Informes do *Northern Star*, edições de 24 de fevereiro e 6 de abril de 1844.

Amendment Bill de 1844^a. Uma maioria liberal aprovou a lei, uma maioria conservadora ratificou-a e os nobres lordes deram, nos dois casos, o seu *consent^b*. Proclamou-se assim a expulsão do proletariado do Estado e da sociedade: declarou-se abertamente que os proletários não são homens e não merecem ser tratados como tais. Deixemos, com tranquilidade, aos proletários do Império Britânico a tarefa de reconquistar os seus direitos de homens³.

* * *

É essa a situação da classe operária inglesa, tal como a verifiquei pessoalmente ao longo de 21 meses, com a ajuda de relatórios oficiais e de publicações dignas de confiança. E se a considero – como expressei inúmeras vezes nas páginas precedentes – uma situação perfeitamente insustentável, devo dizer que não sou o único a julgá-la assim. Já em 1833, Gaskell não tinha

^a O *Aditamento à lei sobre os pobres*, aprovado em 9 de agosto de 1844, obrigava as paróquias a socorrer não apenas os indigentes da comunidade, mas também os que estavam de passagem, os órfãos, os filhos ilegítimos etc. As exigências e as condições eram tão inumanas quanto as vigentes nas casas de trabalho.

^b Em inglês, no original: "consentimento".

³ Para evitar interpretações equívocas e objeções impertinentes, quero sublinhar que sempre me referi à burguesia como classe e que os exemplos a que recorri, trazendo à colação indivíduos isolados, servem-me apenas como documentos do pensar e do agir dessa classe. Por isso mesmo, não me ative a distinções entre os diferentes setores e partidos da burguesia, que têm importância sob o ponto de vista histórico e teórico; igualmente por isso, só posso referir-me brevemente aos poucos membros da burguesia que, como honrosas exceções, distinguem-se de sua classe. Dentre eles, estão, de um lado, os radicais mais decididos, quase todos cartistas, como os parlamentares e industriais Hindley, de Ashton, e Fielden, de Todmorden (Lancashire) e, de outro, os *tories* humanitários, que recentemente se uniram à *Jovem Inglaterra*, quase todos parlamentares (Disraeli, Borthwick, Ferrand, lorde John Manners etc. – e lorde Ashley está próximo deles). A *Jovem Inglaterra* pretende restaurar a antiga *merry England* [Inglaterra feliz], com seus faustos e seu romântico feudalismo; naturalmente esse objetivo é inviável e até ridículo, um desafio a todo o progresso histórico, mas é inegável o valor de suas boas intenções, a coragem de criticar a realidade e de opor-se aos preconceitos vigentes. Completamente à parte está o anglo-germanófilo Thomas Carlyle, originalmente um *tory* que vai mais além de todos aqueles que mencionamos acima. Entre todos os burgueses da Inglaterra, foi o que mais aprofundou a análise da desordem social e exigiu a reorganização do trabalho. Espero que Carlyle, que encontrou o caminho correto, tenha condições de percorrê-lo até o fim – essa é a minha esperança e a de muitos alemães! [Na edição de 1892, Engels acrescentou imediatamente a seguinte passagem: *Mas a revolução de fevereiro* (referência às revoluções de 1848) *fez de Carlyle um perfeito reacionário; sua justa cólera contra os filisteus transformou-se num ácido despeito filisteu contra a vaga histórica que o marginalizou*. Nas edições inglesas de 1887 e 1892 está suprimida a frase "Espero que Carlyle (...) muitos alemães!". (N.E.)]

nenhuma esperança numa solução pacífica e declarava que dificilmente se poderia evitar uma revolução. Em 1838, Carlyle analisava o cartismo e a agitação revolucionária dos operários como consequência da miséria em que viviam e só se dizia assombrado por vê-los por oito anos sentados tranquilamente à mesa do Barmecida^a, na qual a burguesia liberal só lhes oferecera promessas estéreis; em 1844, ele afirmava que era absolutamente imperativa a reorganização do trabalho, "se a Europa ou, pelo menos, a Inglaterra quiser manter-se habitável em longo prazo". Até o *Times*, o "primeiro jornal da Europa", escrevia em junho de 1844:

Guerra aos palácios, paz nos campos – este é o grito de guerra do Terror, que pode, mais uma vez, reverberar em nosso país. Ricos, ponham-se em guarda!^b

Mas vejamos agora, uma vez mais, as perspectivas da burguesia inglesa. Na pior das hipóteses, a indústria estrangeira, em particular a americana, conseguirá enfrentar a concorrência inglesa, inclusive depois da abolição das leis sobre os cereais, inevitável dentro de poucos anos^c. A indústria alemã realiza atualmente grandes esforços, mas é a indústria americana que se desenvolve a passos gigantescos. A América, com seus recursos infinitos, com suas imensas jazidas de carvão e ferro, com um potencial hídrico enorme e grande rede fluvial naveável, mas especialmente com sua população enérgica e laboriosa, ao lado da qual os ingleses não passam de fleumáticos indolentes, a América em menos de uma década criou uma indústria que já concorre com a inglesa em produtos de algodão mais ordinários (o artigo principal da indústria inglesa); com essa mercadoria, está suplantando os ingleses nos mercados da América do Norte e do Sul e já comercia, ao lado daqueles, com a China, e o mesmo já ocorre em relação a outros produtos. Se existe um país que dispõe de meios para assumir o monopólio industrial, esse país é a América. Se a indústria inglesa for ultrapassada – o que necessariamente ocorrerá nos próximos vinte anos, se perdurarem as atuais condições sociais –, a maioria do proletariado inglês tornar-se-á definitivamente "supérflua" e não terá mais alternativas que morrer de fome ou fazer a revolução. A bur-

^a Referência à mesa (ou ao banquete) de Barmecida, do relato "História do sexto irmão do barbeiro", de *As mil e uma noites*: o rico Barmecida, para troçar de um pobre esfaimado, convida-o a um banquete simulado em que só lhe servem gestos e palavras.

^b Essas frases não apareceram no *Times*, mas no *Northern Star*, edição de 15 de junho de 1844, em texto referido a artigo publicado no *Times* de 7 de junho.

^c A abolição deu-se em 1846.

guesia inglesa reflete sobre isso? Ao contrário: McCulloch^a, seu economista predileto, predica-lhe do fundo de seu gabinete de estudo que é impossível que um país jovem como a América, nem sequer convenientemente povoado até agora, possa desenvolver com êxito a indústria ou até mesmo concorrer com um antigo país industrial como a Inglaterra; os americanos não seriam loucos de tentá-lo, exceto se quiserem perder dinheiro; primeiro, deverão dedicar-se tranquilamente à agricultura; só depois que os cultivos se estenderem por todo o país chegará a hora de eles exercitarem a indústria. Essa é a lição do sábio economista, repetida em coro pela burguesia, enquanto os americanos conquistam mercados um após o outro – a ponto de, recentemente, um audacioso especulador americano ter remetido para a Inglaterra um lote de suas mercadorias, aqui vendidas e depois reexportadas.

Examinemos a outra hipótese, segundo a qual a Inglaterra conservará o monopólio industrial e assistirá ao crescimento de suas fábricas. Nesse caso, quais seriam as consequências? As crises comerciais prosseguiriam e, com a expansão da indústria e a multiplicação do proletariado, tornar-se-iam mais intensas e mais violentas. O proletariado cresceria em proporção geométrica, dadas a progressiva ruína da pequena burguesia e a concentração do capital em poucas mãos, que se realiza rapidamente; num breve lapso de tempo, constituiria a totalidade da nação, exceção feita a uns poucos milionários. Mas um desenvolvimento desse tipo engendraria um estágio em que o proletariado veria como é fácil derruir o poder social existente – e então seria a revolução.

No entanto, nenhuma dessas duas hipóteses se concretizará. As crises comerciais – a mais potente alavanca de todo desenvolvimento autônomo do proletariado –, em conjunção com a concorrência estrangeira e a ruína crescente da classe média, abreviarão esse processo. Não acredito que o povo tolerará ainda mais uma crise. Muito provavelmente, a próxima crise, que deverá ocorrer em 1846 ou 1847, levará à supressão da lei sobre os cereais e trará a *Carta* – e a quantos movimentos revolucionários a *Carta* não impulsionará? Todavia, até a crise que sucederá à próxima, que, por analogia às precedentes, verificar-se-á por volta de 1852-1853, certamente retardada com a abolição das leis sobre os cereais, mas acelerada por outras circunstâncias, como a concorrência estrangeira, até essa crise o proletariado inglês já estará cansado de deixar-se explorar pela burguesia e de morrer de fome quando ela não mais precisa dele. Se, daqui até lá, a burguesia não ouvir a voz da

^a Cf. índice onomástico, p. 366.

razão – e tudo faz crer que não a ouvirá –, deverá eclodir uma revolução sem comparação possível com as anteriores. Os proletários, levados ao desespero, empunharão os feixes incendiários de que falava Stephens em suas preídicas; a vingança do povo virá com uma intensidade tal que 1793 não pode prefigurar nem sequer palidamente^a. Essa guerra dos pobres contra os ricos será a mais sangrenta. Mesmo a passagem de uma fração burguesa para o partido do proletariado, mesmo mudanças favoráveis na burguesia de pouco servirão. Aliás, mudanças na burguesia não irão além de um morno *juste milieu*^b: os que se passassem para o lado proletário acabariam por constituir uma nova Gironda^c e, como tal, desapareceriam no curso do desenvolvimento violento do processo. Os preconceitos de uma classe não são descartáveis como uma roupa velha – especialmente quando se trata de uma classe como a burguesia inglesa, egoísta e mesquinha. São essas as conclusões que, com o máximo rigor, podem ser extraídas com base em fatos indiscutíveis do desenvolvimento histórico, considerando-se também a natureza humana.

Em nenhum lugar é tão fácil, como na Inglaterra, fazer previsões: nesse país, todos os elementos do processo social se desenvolveram clara e nitidamente. A revolução deve ocorrer porque já é tarde para chegar-se a uma solução pacífica do conflito; mas certamente pode adquirir uma forma menos violenta da que antevemos aqui. Isso, porém, depende mais do desenvolvimento do proletariado que da evolução da burguesia. Os atos de sangue, as vinganças e o furor cego da revolução serão tanto menores quanto maior for a influência socialista e comunista sobre o proletariado. O comunismo, segundo seus princípios, considera justificado o antagonismo entre o proletariado e a burguesia do ponto de vista histórico e válido para o presente, mas não para o futuro; por isso, pretende suprimir esse antagonismo. O comunismo reconhece que, enquanto permanece o antagonismo, a cólera dos proletários contra seus opressores é uma necessidade e nela vê a alavanca mais importante do movimento operário *em seus primórdios*; mas o comunismo supera essa cólera porque representa a causa de toda a

^a Recorde-se que, no curso da Revolução Francesa, o período que vai de junho de 1793 a julho de 1794, que a historiografia burguesa denominou de *Terror*, foi marcado pela violência da ditadura jacobina, com o Comitê de Salvação Pública dirigido por Robespierre.

^b Em francês, no original: "meio-termo".

^c Alusão à fração burguesa (formada especialmente por representantes da região da Gironda) que, organizada entre 1791 e 1792, no curso da Revolução Francesa, começou com uma aliança tática com os jacobinos e, a partir de junho de 1793, com a precipitação do processo revolucionário, passou-se para as fileiras contra-revolucionárias.

humanidade e não apenas a do proletariado. Além disso, não passa pela cabeça de nenhum comunista praticar vinganças sobre indivíduos isolados ou imaginar que, nas condições existentes, os burgueses poderiam agir de outro modo. O socialismo (isto é, o comunismo) inglês funda-se expressamente no princípio da irresponsabilidade do indivíduo singular. Por isso, quanto mais os operários ingleses acolherem as idéias socialistas, tanto mais a sua cólera – que não levaria a nada se se mantivesse tão violenta como hoje – tornar-se-á supérflua, tanto mais as ações que conduzirão contra a burguesia perderão em selvageria e brutalidade. Se fosse possível tornar comunista o conjunto do proletariado inglês antes que a luta se iniciasse, esta se desenolveria pacificamente; mas isso não é mais possível, é tarde para fazê-lo. Creio, todavia, que antes que ecloda a guerra *inteiramente* aberta e direta dos pobres contra os ricos – guerra hoje tornada inevitável na Inglaterra –, o proletariado inglês estará suficientemente esclarecido acerca da questão social e, com a ajuda dos acontecimentos, o partido comunista terá condições para, em longo prazo, superar os componentes brutais da revolução e de impedir a repetição de um novo *9 de termidor*^a. Sem dúvida, a experiência francesa não foi vã e, ademais, já hoje a maioria dos dirigentes cartistas são comunistas. E porque o comunismo está *além* da divisão entre proletariado e burguesia, será mais fácil para a melhor fração da burguesia – fração espantosamente diminuta, recrutável apenas entre os jovens – aproximar-se dele que para o cartismo, que possui um caráter exclusivamente proletário.

Se essas conclusões não parecem suficientemente fundadas aqui, certamente terei ocasião, em outro lugar, de demonstrar que são o inevitável resultado do desenvolvimento histórico da Inglaterra. Mas, reitero, estou convencido de que a guerra dos pobres contra os ricos, que hoje vem se desenrolando na Inglaterra de modo esporádico e indireto, evoluirá para um confronto geral, total e direto. Já é tarde para uma solução pacífica. As classes vão se opondo cada vez mais nitidamente, o espírito de resistência cresce dia a dia entre os operários, a cólera torna-se mais intensa, as escaramuças isoladas da guerrilha confluem para combates e manifestações mais importantes e em breve um pequeno incidente bastará para desencadear a avalanche. Então, certamente ecoará por todo o país o grito: *Guerra aos palácios, paz nos campos!* – e já será tarde para que os ricos possam se pôr em guarda.

^a Em 9 de termidor (27 de julho de 1794) cai a ditadura jacobina – Robespierre – e abre-se o período da Revolução Francesa que conduzirá à ditadura militar de Napoleão e ao domínio da grande burguesia.

ANEXOS